



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**D I Á R I O**  
DA ASSEMBLEIA REGIONAL

**Presidente:** Deputado Reis Leite

**Secretários:** Deputados Jorge Cabral e Manuel Valadão

### SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 15,00 horas.

No **Período de Antes da Ordem do Dia** foi referida a correspondência, tendo sido lidos vários requerimentos apresentados pelos Srs. Deputados.

Passou-se de seguida às intervenções de interesse político relevante para a Região, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Francisco de Sousa (PS) e José Decq Mota (PCP).

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado Francisco de Sousa, usaram da palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, António Maria Mendes e os Srs. Deputados Francisco de Sousa (PS), Fernando Faria (PSD) e Manuel Goulart (PS).

No **Período da Ordem do Dia** apreciaram-se as seguintes iniciativas legislativas:

- Continuação da discussão sobre o **Relatório da Comissão Permanente para os Assuntos Internacionais, ao abrigo do artigo 33º do Regimento.**

Intervieram nos debates os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (PS), Carlos Teixeira (PSD), José Decq Mota (PCP), Natalino Viveiros (PSD), Alvarino Pinheiro (CDS), Carlos César (PS), Flor de Lima (PSD), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional, Mota Amaral.

- **Proposta de Resolução sobre "Abolição do fumo nas Sessões Plenárias".**

Na discussão deste assunto usou da palavra o Sr. Deputado Simas Santos (PS).

Submetida à votação, com a alteração proposta pela Comissão, foi a mesma aprovada por maioria.

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Regulamento do Decreto-Lei 79/A/87, de 18 de Fevereiro, na Região Autónoma dos Açores".**

Após a justificação do pedido de urgência, feita pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, Adolfo Lima, deu-se início ao debate, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (PS), Madruga da Costa (PSD), José Decq Mota (PCP) e Alvarino Pinheiro (CDS).

Posto à votação foi o pedido de urgência aprovado por maioria.

Fizeram declarações de voto os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (PS), José Decq Mota (PCP) e Madruga da Costa (PSD).

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Remuneração dos Elementos dos Gabinetes dos Membros do Governo Regional".**

Passou-se de imediato à discussão tendo usado da palavra o Sr. Secretário Regional da Administração

Pública, justificando o pedido de urgência.

Submetido à votação foi o mesmo aprovado por maioria.

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Apoio a Indústrias Essenciais nas Zonas Carecidas".**

O Grupo Parlamentar do PSD apresentou um requerimento no sentido desta Proposta baixar novamente à Comissão, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Fez uma declaração de voto o Sr. Deputado Dionísio de Sousa (PS).

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Regime Jurídico das Reservas Florestais".**

Após a apresentação desta Proposta, feita pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, Adolfo Lima, foi a mesma posta à discussão na generalidade, tendo usado da palavra o Sr. Deputado João Carlos Macedo (PS).

A continuação da discussão desta proposta foi agendada para o dia 21-05-87.

Os trabalhos terminaram às 19,35 horas.

**Presidente:** Srs. Deputados, pedia a vossa atenção para a chamada.

(Eram 15,00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, Alvaro Monjardino, António Silveira, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, Fernando Faria, Pacheco de Almeida, Flor de Lima, Gabriela Silva, Helder Cunha, João de Brito, Jorge Cabral, José Leovigildo, José Carlos Simas, Madruga da Costa, Manuel Avila, Mário Castro, Mário Freitas, Manuel Melo, Manuel Valadão, Reis Leite, Renato Moura; **PS** - Carlos César, Carlos Mendonça, João Sousa Braga, Dionísio de Sousa, Francisco Sousa, Hélio Pombo, Simas Santos, João Carlos Macedo, José Manuel Bettencourt, José Resendes, Manuel Serpa, Raimundo Mesquita; **CDS** - Alvarino Pinheiro, José Ramos Dias; **PCP** - José Decq Mota).

**Presidente:** Estão presentes 37 dos Srs. Deputados. Está aberta a Sessão. O público pode entrar.

Srs. Deputados vamos dar início ao **Período de Antes da Ordem Dia.**

Os Srs. Secretários vão fazer o favor de ler a correspondência.

**Secretário** (Jorge Cabral): Da Presidente Diocesana da Cáritas dos Açores, a Mesa da Assembleia Regional dos Açores recebeu um ofício onde se dão algumas sugestões para o funcionamento da Comissão do PIAC, que mereceu um despacho da Presidência no sentido de dar conhecimento do mesmo aos Deputados que participam naquela Comissão.

**Presidente:** Não havendo mais correspondência passamos à leitura dos requerimentos.

**Secretário** (Manuel Valadão): Requerimento dos Srs. Deputados Mário Martins de Freitas e Mário Nogueira de Castro, do seguinte teor:

"Considerando que a televisão é o órgão de comunicação social de maior impacto na população;

Considerando que a Região é composta por

9 ilhas, todas elas com paisagens, carências e factos que necessitam de chegar ao povo açoriano para melhor nos conhecermos e compreendermos uns aos outros;

Considerando que, infelizmente, as imagens que chegam a casa dos telespectadores são quase única e exclusivamente de reportagens de S. Miguel, Terceira e Faial, dando por isso uma péssima informação da realidade arquipélago que somos;

Considerando ainda, que esta situação é agravada com a actual grelha de programas que limitou a informação produzida no centro da TV dos Açores, retirando o telejornal do Sábado para o substituir pelo telejornal produzido em Lisboa e directamente transmitido para a Região, ofuscando assim muitos dos assuntos que nesse dia poderiam interessar aos Açorianos;

Ao abrigo das disposições regimentais, solicita-se do Governo que diligencie junto da RTP Açores que:

1. Crie um serviço de correspondentes nas 9 ilhas dos Açores;

2. Todas as ilhas sejam equipadas com câmaras de televisão para que os correspondentes possam colher imagens dos acontecimentos de interesse para cada uma das ilhas deste arquipélago e sejam atempadamente inseridos e transmitidos nos telejornais diários;

3. E, ainda que a TV/A explique de forma concreta das razões que a levaram a suprimir ou reduzir substancialmente os telejornais regionais dos Sábados.

Horta, Sala das Sessões, 20 de Maio de 1987.

**Os Deputados do PSD pelo círculo eleitoral do Pico:** Mário Martins de Freitas e Mário Nogueira de Castro."

**Secretário** (Jorge Cabral): Um requerimento dos Srs. Deputados Regionais do PSD, António Silveira, José Azevedo e Manuel Avila, do seguinte teor:

"Considerando que em resposta a requerimentos do Sr. Deputado do PS Manuel Goulart e do PCP José Decq Mota, sobre a construção de uma Escola Primária na Praia do Norte-Faial, foi respondido pela SREC que tal obra teria execução ainda este ano em virtude de não ter sido construída (ainda vamos em Maio) uma escola de igual dimensão na ilha de S. Jorge;

Considerando que no Plano para 1987, a verba para instalações para o ensino primário era no caso em apreço - S. Jorge 17.500 contos e Faial 29.000 contos;

Considerando que as duas escolas programadas para S. Jorge - Fajã dos Vimes e Boa-Hora - são obras que constaram de vários Planos Anuais, nomeadamente a Escola da Fajã dos Vimes:

Solicita-se ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis e ao Governo Regional as seguintes informações:

1. Entende a SREC ser correcta a opção tomada em relação à construção da Escola Primária da Praia do Norte no Faial em substituição de uma Escola Primária na ilha de S. Jorge?

2. Qual a escola que fica por construir na ilha de S. Jorge?

3. Considera a SREC correcta a política de reforçar os 29.000 contos orçamentados para o Faial com parte dos 17.500 contos orçamentados para a ilha de S. Jorge?

4. Qual a razão concreta e objectiva porque não foi possível construir a escola programada no projecto 1.3? Falta de Terreno? Falta de empreiteiro?

Horta, Sala das Sessões, 20 de Maio de 1987.

**Os Deputados Regionais:** António Silveira, José Azevedo e Manuel Gil Avila."

**Secretário (Manuel Valadão):** Dos Srs. Deputados Manuel Serpa e Simas Santos o seguinte requerimento:

"No programa nº 32.4 do Plano para 1987 projecta-se o estudo da vinha e seus caracteres para uma melhoria das castas vitícolas e aprovação dos estatutos de vinha e vinho para a Região.

Atendendo a que este assunto interessa aos vicultores das nossas ilhas;

Atendendo a que se assiste a uma retoma do cultivo da vinha, pois isso é patente no desbravar de terrenos abandonados e na experimentação de novas castas.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, perguntamos ao Sr. Secretário da Agricultura e Pescas:

1. Qual o ponto da situação relativamente à elaboração do referido estatuto?

2. Pensa a Secretaria, ainda este ano, proceder à sua publicação?

Horta, 19 de Maio de 1987.

**Os Deputados Regionais do PS:** Manuel Serpa e Simas Santos.

**Secretário (Jorge Cabral):** Um requerimento do Sr. Deputado Fernando Flor de Lima, do PSD, do seguinte teor:

"Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, requeiro ao Governo Regional, através da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, fotocópia do relatório intitulado "População em situação de Desequilíbrio Sócio-Económico na Ilha de S. Miguel" mencionado no ponto 4 da Resolução 45/87, de 10 de Março (J.O., I Série, da mesma data).

Com os meus melhores cumprimentos, mui respeitosos.

Horta, Sala das Sessões, 20 de Maio de 1987.

**O Deputado Regional:** Fernando Flor de Lima".

**Secretário (Manuel Valadão):**

Dos Srs. Deputados Manuel Serpa e Simas Santos o seguinte requerimento:

"Em intervenções proferidas durante a última Semana das Pescas, realizada na cidade da Horta, cientistas do Polo Universitário, manifestaram a convicção de que a possibilidade de uma experiência de ameijoas a efectuar nas Lages do Pico, atendendo às características naturais das suas lagoas, traria resultados positivos.

Atendendo a que a concretização de uma experiência deste tipo, com resultados positivos, traz benefícios de diversa ordem não só em relação à Vila Baleeira, mas até à Ilha e à Região.

Perguntamos ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis:

Pensa o Governo Regional, através da Secretaria competente, arrancar com esta iniciativa?

Horta, 19 de Maio de 1987.

**Os Deputados Regionais:** Manuel Goulart Serpa e Simas Santos."

**Secretário (Jorge Cabral):** Um requerimento dos Srs. Deputados Regionais do Partido Socialista, Simas Santos e Manuel Serpa, do seguinte teor:

"Aplaudindo a decisão governamental de adquirir a Pró-Pico em consonância, de resto, com as posições assumidas pelos signatários em diversas ocasiões, imprescindível se torna, agora, garantir o pagamento das dívidas aos agricultores.

Com base nas disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, perguntamos ao Senhor Presidente do Governo Regional:

- Como e quando tenciona o Governo Regional assegurar o pagamento aos agricultores credores da Pró-Pico?

Horta, Sala das Sessões, 19 de Maio de 1987.

**Os Deputados Regionais do PS:** Simas Santos e Manuel Serpa."

**Presidente:** Passamos agora ao período destinado às **intervencções de interesse relevante para a Região.** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

**Deputado Francisco de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nenhum de nós tem dúvida de que o Ensino e a Educação são o motor fundamental para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

No processo em que a Região está a inserir-se na CEE, não nos podemos esquecer de alguns elementos tanto a nível nacional como internacional de que destacaria o analfabetismo, o alargamento da escolaridade obrigatória e o insucesso escolar.

Aquando do dia internacional do analfabetismo, tive oportunidade de fazer nesta tribuna uma caracterização deste flagelo na Região Autónoma dos Açores, comparando-o com o todo nacional e alguns países da Europa, tendo concluído que atingia entre nós valores superiores aos ali verificados.

Lanço um apelo ao Governo Regional no sentido de efectuar um levantamento, ainda que por amostragem, do analfabetismo na Região.

De acordo com o que me é possível observar pelas estatísticas da educação da Região elaboradas pela SREC estou convicto de que o cumprimento da escolaridade obrigatória com aproveitamento tem-se mantido a níveis preocupantes se é que não tem aumentado.

Por outro lado a fuga à escolaridade obrigatória é real em algumas localidades dos Açores, atendendo a que a legislação em vigor obriga à matrícula mas não obriga à frequência.

Há situações preocupantes em que mais de 20% das crianças nem chegam a aparecer na escola, passada uma semana da abertura das aulas.

No ano lectivo de 1985/86, no 1º ano de escolaridade do 1º ciclo do ensino básico, o sucesso escolar foi de 67,1%, no 2º ano 52%, no 3º ano 83,8%, no 4º ano 68,6% tendo sido no global de 65,5% o sucesso escolar no ensino primário.

De acordo com estes elementos, mais de um terço das crianças não atingiram o nível necessário para ingressarem no 2º ciclo do ensino básico, isto é, 9.272 dos alunos não transitaram de classe ou de ano e isto apenas no ensino primário, num total de 27474 alunos matriculados.

Não tenho dúvidas que algum deste insucesso se prende com a fuga à escola, por outro lado há que resolver questões como melhoria de situação económica dos agregados familiares, estabilidade de emprego, habitação com o mínimo de condições, alargamento da acção escolar que permita a atribuição de uma refeição ou reforço alimentar alargado a muitas mais crianças das que neste

momento são abrangidas, participação da Região no custo dos livros que, embora tenham um preço único no País, nos Açores são acrescidos dos custos dos transportes, acções de formação aos professores que permitam uma redefinição dos critérios de avaliação, de sequência dos programas ao passar-se de um sector a outro do ensino.

A Lei nº 46/86, de 14 de Outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo - consagra uma escolaridade obrigatória de 9 anos. É indispensável que a Região Autónoma dos Açores planeie dois sectores fundamentais sem os quais não será possível o seu alargamento: rede escolar e formação de professores.

Sobre a rede escolar há que ter em atenção que nos próximos 5 a 6 anos o ensino unificado, 7º, 8º e 9º anos, terão aumento de frequência superior a 30%, isto de acordo com estimativas feitas por um estudioso da matéria tendo como considerando fundamental que, só o facto de se criar legislação nesse sentido, as populações de imediato correspondem; é ver os exemplos quando se passou da 3ª para a 4ª classe, da 4ª classe para o 6º ano.

Na área da formação de professores e, de acordo com a mesma lei, terá de ser criada na Região Autónoma dos Açores uma estrutura de ensino superior que se dedique à formação de professores com o nível de bacharel. A SREC e a U.A. têm vindo a desenvolver contactos no sentido de criar o Centro Integrado de Formação de Professores da Região Açores - CIFOPRA - no âmbito da Universidade dos Açores. Somos a única Região do País que neste momento não tem uma instituição vocacionada para a formação de educadores de infância e professores do primeiro ciclo do ensino básico de grau superior. É urgente que rapidamente se proceda à criação do CIFOPRA. Será institucionalizado o ano de 1987/88 como o ano "**Zero**", não se aceitando alunos para o primeiro ano das escolas de magistério primário e educadores de infância.

Em meu entender, a formação de professores nos Açores, sem desprezar as regras nacionais, deveria ser o mais bivalente possível. Assim, e a mero título de exemplo para estudo, um educador de infância poderia ter valência para uma das áreas do primeiro ciclo do ensino básico, um professor do primeiro ciclo do básico valência para uma área do segundo ciclo do ensino básico, tal como acontece hoje entre o ensino unificado e o complementar, isto, sem esquecer que para o primeiro ciclo do básico é exigido o grau de bacharel e para o segundo ciclo e seguintes o grau de licenciatura. É necessário que os professores dos Açores não venham a ser discriminados em relação aos colegas das restantes regiões do País, pelo facto de se não ter conseguido

ainda implementar o CIFOPRA; julgo que o Governo Regional deveria fazer um esforço suplementar nesse sentido tanto a nível de contactos entre as entidades intervenientes, SREC/MEC/UA, como em meios financeiros, técnicos e humanos.

Em relação à formação de professores seria bom que a SREC e a UA estudassem as possibilidades de se complementar a formação de docentes em alguns grupos carenciados como sejam o 5º grupo de Educação Visual e o de Educação Física.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas mais dois temas: O Despacho da Senhora Secretária de Estado dos Ensinos Básico e Secundário que impede a passagem do aluno que não obtenha a nota de 3 em Português e o Despacho do Senhor Director Regional de Orientação Pedagógica que decretou a abertura do próximo ano lectivo para o dia 21 de Setembro.

Sobre o primeiro é de perguntar-se directamente a quem de direito, se se aplica nos Açores? A ser assim, se os Professores de Português já foram informados do facto? Se a SREC sabe, que na Madeira, esse despacho não está em vigor, atendendo às condições de trabalho nas Escolas, ao nível social e cultural das populações, sobretudo rurais, à carência de professores portadores de habilitação própria para a disciplina de português?

No que respeita à abertura do ano lectivo de 1987/88 no dia 21 de Setembro, não podemos, nem devemos, por imperativo de consciência, deixar de manifestar, desde já, o nosso desacordo.

Nem de perto nem de longe estão criadas as condições para que tal se possa concretizar. Vejamos: no corrente ano lectivo cinco escolas preparatórias iniciaram as suas actividades com mais seis semanas de atraso, devido a obras que, na sua maioria, ainda não estão concluídas, encontrando-se por exemplo uma delas totalmente paga mas mantendo-se a escola a meter água. Será que as Preparatórias de Santa Cruz da Graciosa, Vila do Porto, São Roque do Pico, Praia da Vitória, estão prontas? Será que 90% dos professores já estarão colocados a 21 de Setembro? Não posso deixar de lamentar que tal medida tenha sido tomada tão tardiamente não se enquadrando com factos como sejam o pedido de férias dos professores que foi efectuado em Fevereiro, ou os mapas de férias de pessoal das empresas que foram elaborados em Março.

Em meu entender uma vez mais, a Região Autónoma da Madeira soube decidir correctamente dizendo que só no ano lectivo de 1988/89 tal medida será implementada, sem que com isso, a educação e a população madeirense sejam prejudicadas.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, que suponho para prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional da Educação e Cultura** (António Maria Mendes): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco de Sousa:

Ouvi quase integralmente a sua intervenção. Em relação à primeira parte apercebi-me que tinha reflectido sobre a formação de professores; à parte final, que ouvi, até em princípio estou de acordo e também sabe perfeitamente que a Secretaria e a Universidade têm manifestado, junto do Ministério, o maior empenhamento no sentido de que essa formação decorra dentro dos moldes mais adequados e mais perfeitos. Como sabe, temos algumas dificuldades, às vezes, na calendarização de acções ou no recrutamento até de acompanhantes pedagógicos por exemplo e cito-lhe um caso, que é do seu conhecimento, em que quando se abriu concurso apareceram-nos apenas cinco concorrentes na Região. Depois dos contactos directos conseguiu-se obter mais três e neste momento os vinte e dois, mas por acordos e protocolos estabelecidos com a Escola Superior de Educação de Lisboa. Portanto, há realmente dificuldades que são intrínsecas da própria Região e advenientes de falta efectiva e por nós todos reconhecida certamente. Não há mal nenhum nisso, é pena, mas é um problema que toca a todos nós, não é um problema exclusivo do Governo, de certas carências que temos e que se procura com esforço e com o maior empenhamento colmatar e substituir, afim de reduzir os custos que situações como estas sempre arrastam.

Também creio que falou na questão da abertura das aulas e, de facto, foi já comunicado, pela Direcção Regional de Orientação Pedagógica, a adopção do calendário que pretende, pelo menos, que a abertura das aulas se dê a 21 de Setembro. Efectivamente, daqui também decorrem alguns problemas e estou de acordo que sim, nomeadamente o concurso de professores que está atrasado, concretamente um mês em relação ao ano anterior, mas também devo dizer que está atrasado, porque os diplomas aprovados em Conselho do Governo e são dois deles: um foi uma Proposta de Decreto Legislativo Regional, que o Governo entendeu dever enviar à Assembleia Regional para ser transformada em Decreto Legislativo Regional, mas a Assembleia muito doutamente entendeu que não deveria ser publicado como Decreto Legislativo, mas sim como Portaria e isto ocasionou alguns atrasos e relacionava-se com as alterações que tinham sido introduzidas no Decreto-Lei nº 50-B/87 de 27 de Janeiro. Eram alterações pontuais mas eram importantes; depois o Decreto Regulamentar Regional que neste momento ainda aguarda publicação e que, conjuntamente com o alargamento

dos quadros na Região, foi enviado pelo Gabinete do Sr. Presidente do Governo, há um mês e quatro dias concretamente, ao Gabinete do Ministro da República e até hoje não foi publicado. Portanto o problema não é do Governo, mas sim do Gabinete do Sr. Ministro da República e pela informação que tenho sairá agora no próximo dia 22. Porque demorou tanto tempo a sua publicação? Não sei, é perguntar a quem de direito.

Na sequência da conversa que estava a ter, efectivamente, sobre as colocações, a Direcção Regional da Administração Escolar, apesar de tudo, está convencida que consegue fazer as colocações atempadamente, embora isto venha a colocar algumas questões e uma delas, por exemplo, é as eleições para os Conselhos Directivos, que só poderão acontecer quando os professores efectivos estiverem colocados.

Havemos de estudar o esquema adequado e as datas adequadas para a formação de horários e penso que numa acção de esforço particular especial que a Direcção Regional da Administração Escolar irá fazer e já está a montar esse esquema à semelhança do que aconteceu com o pagamento das fases aos professores, em que o Sr. Deputado pronunciava nesta Assembleia que levariam dois anos e neste momento creio que todos estão satisfeitos nessas suas fases e foi em 2 ou 3 meses e não nos tais famosos 2 anos que o senhor invocava. Penso que o esforço da Direcção Regional da Administração Escolar, dentro das possibilidades que tem e dos meios técnicos e humanos legais de que dispõe, creio que poderão levar a bom termo e evitar algum resvalamento desnecessário e indesejável quanto a esta matéria. Efectivamente, corre-se algum risco, mas também temos, na perspectiva pedagógica, a possibilidade de se aplicar um esquema semelhante àquele que se aplicou este ano, em relação às escolas que iniciaram mais tardiamente as suas funções através do sistema da compensação educativa a combinar com os Conselhos Directivos das Escolas e que, efectivamente, o Sr. Deputado também terá que reconhecer que acabou por funcionar com eficácia, embora a sua opinião seja diferente da minha, mas penso que não é a opinião generalizada, nem sequer se tem visto esse problema badalado.

Quanto à questão da passagem do aluno em português, há dois entendimentos que é "stricto sensu" e o "lacto sensu" e podemos encarar que a avaliação em português não começa nem se confina exclusivamente à disciplina em si própria, é todo um conjunto de avaliação e todas as disciplinas são transmitidas e veiculadas através do português. Portanto, eu creio que aqui podemos encontrar um sistema que pode não ser rigorosamente igual ao da Madeira - no sentido de que essa avaliação entre em linha de conta com um

dispositivo legal nacional, e serão distribuídas instruções através de circular quanto a esta matéria que já se está a trabalhar, que não é de todo em todo desagizado, embora acarrete algumas questões e alguns problemas, e pode-se ir encontrar uma solução mais mitigada e mais atenuada que, apesar de tudo, mantenha a dignidade da mesma avaliação que se pretende.

Muito obrigado.

**Deputado Francisco de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo e Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Houvi atentamente as suas informações, houve algumas delas, com as quais não estou de acordo e sobre uma o Sr. Secretário não se pronunciou, e gostaria, de facto, de ouvir a posição do Governo Regional, que é a situação do CIFOPRA.

Atendendo a que inclusivamente nesta Câmara foram lidos ontem vários requerimentos de deputados de várias bancadas sobre a situação e como V. Exa. não se pronunciou, gostaria de saber claramente em que ponto é que estamos?

Um outro aspecto é, por exemplo, os A.P.P. (Acompanhantes de Prática Pedagógica) e perguntaria ao Sr. Secretário se sabe que um professor de inglês que está em estágio desde Outubro na Escola Preparatória da Horta não sabe quem é o seu orientador pedagógico. Por sua vez esse A.P.P. não sabe quem é o professor que está em formação na Horta e estamos no dia 19 de Maio, quase, digamos, a mês e meio do termo das aulas e nunca se viram um ao outro, ou se os colegas de filosofia que vêem uma vez por mês, quando vêem, o seu orientador, perguntaria se, de facto, esta é a melhor forma de formar professores?

Sobre as eleições para os órgãos de gestão das escolas, há também um diploma nacional que fixa o dia 31 de Maio como data para todo o processo estar terminado; acontece que nos Açores não safu nenhuma informação para as escolas a dizer, cumpre-se ou não se cumpre, as datas são estas ou são aquelas.

Em relação ao português não sei se terei que lamentar. Será que V. Exa. sabe que a Assembleia da República no último dia que funcionou aprovou uma lei que altera e revoga completamente o despacho, embora esta lei não esteja publicada....

**Secretário Regional da Educação e Cultura (António Maria Mendes):** Não está publicada!?

**O Orador:** ...Não está publicada, mas não sei se conhece e a fazer-se qualquer diploma, como V. Exa. mencionou, espero que não esteja em desacordo com essa lei que deve estar a ser promulgada rapidamente, porque senão não terá quaisquer efeitos práticos.

Por outro lado, em relação às fases, V. Exa., de facto, já várias vezes mencionou, tenho de lhe dizer que não é com agrado ou desagrado, é um facto. Era a obrigação da Secretaria e não fez nenhum favor a nenhum professor dos Açores pagar mais meses do que pagou o Continente e a própria listagem só foi publicada no Jornal Oficial desta Região a 16 de Abril. Portanto, embandeirar em arco ou atirar os foguetes não é assim tão fácil, mas não deixo de reconhecer que, talvez, pela primeira vez na sua vida, em termos de fases, em termos de vencimento dos professores, a Secretaria fez um trabalho que devia ter feito em muitas outras ocasiões. Honra seja feita à Administração Escolar que conseguiu bater, talvez, o seu maior recorde, porque nunca lhe passou pela cabeça que, por exemplo, só no ensino primário tivesse que fazer 476 5ªs. fases, porque ninguém acreditava nesse número, se calhar nem sequer o Secretário, quando eu lhe dizia nesta Casa que seria um terço dos professores a pedir a 5ª fase.

Ainda em relação ao CIFOPRA e para que as perguntas sejam muito claras, são deste género: CIFOPRA sim? Não? Quando? Que estruturas: três pólos? Que tipos de formação vai fazer: ensino primário, 1º ciclo, 2º ciclo ou apenas educação pré-escolar? O 2º ciclo terá por exemplo o grau de licenciatura ou não, de acordo com a lei de Bases? O 1º ciclo será mesmo bacharel ou não?

Agradecia se pudesse prestar estes esclarecimentos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Goulart.

**Deputado Manuel Goulart (PS):** Prescindo da palavra, porque as perguntas que ia fazer foram feitas pelo meu camarada Francisco de Sousa.

**Presidente:** Então tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar os esclarecimentos pedidos.

**Secretário Regional da Educação e Cultura (António Maria Mendes):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco de Sousa:

O Sr. Deputado teceu complementarmente algumas questões e pôs mais em destaque o problema do Centro Integrado de Formação de Professores. Sabe perfeitamente que um Projecto de Decreto-Lei foi aprovado em Conselho do Governo no dia 17 de Março e foi por mim entregue em mão no dia 21 de Abril. Foi uma deliberação tomada com base numa proposta apresentada pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, depois de conversar e de pesar este problema em todas as suas vertentes e componentes, procurando salvaguardar aquilo que todos nós desejamos, e é inquestionável que o senhor se tem batido pela digna formação

de professores, que o Governo também deseja e nunca sequer questionou e, conseqüentemente, como conhece o diploma escuso-me de o ler.

É criado no âmbito da Universidade dos Açores um Centro Integrado de Formação de Professores, adiante designado por Centro. O Centro é constituído por três pólos, Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada e conseqüentemente integrado na Universidade e nestes três pólos, através duma Comissão Instaladora designada num sistema misto, ou seja, uns tantos membros dessa Comissão indicados pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, outros tantos pela Universidade dos Açores.

Eu apressei-me e dei grande urgência à entrega pessoal e em mão ao Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior, uma vez que isto terá que ser publicado sob forma de Decreto-Lei, precisamente para não haver protelamentos nem atrasos numa questão que é muito importante. Já se acordou, porque parece sensato e lógico fazermos um ano zero e naturalmente há também quem veja nisto uma decisão que seria menos bem tomada, há quem pense assim; nós, felizmente, neste ponto somos coincidentes.

Essa Comissão ficará com poderes suficientes para arrancar com o Centro e tem um ano e meio, em princípio, a contar de agora e admitindo que o Decreto-Lei venha a ser publicado a breve trecho, como se diligenciará cada vez mais e na próxima deslocação a Lisboa tornarei a ir à Secretaria de Estado para que realmente a própria Comissão Instaladora tenha, munida dos seus poderes, a capacidade de, com sensatez, com calma, estudando e abordando todas as questões, montar um centro integrado com a dignidade que ele nos merece e que todos nós desejamos.

Faremos o possível e o Governo viabilizará todas as situações para que, quanto antes, se possa implementar o caso concreto, que tem andado mais em discussão, do pólo da Horta. Se fosse para arrancar de hoje para amanhã, efectivamente, temos de reconhecer que a Horta não teria de imediato condições, ou melhor, até se calhar os três pólos não teriam condições imediatas para arrancar, mas há pólos que à partida oferecem, apesar de tudo, melhores condições e isto de esperar uns pelos outros é muito bonito, mas há momentos em que se deve arrancar. Portanto, não está nem de longe nem de perto esquecida, nem há o menor interesse em que, em simultâneo com Angra e Ponta Delgada, o pólo da Horta, se criadas essas condições, sobretudo humanas, que são fundamentais para qualquer um dos pólos e particularmente para este, também possa arrancar no mesmo momento e é um compromisso do Governo fazer todo o esforço nesse sentido. Evidentemente que se houver, na ocasião, barreiras ou entraves

inultrapassáveis ou mais um pouco tardiamente só ultrapassáveis, pois isto é um problema que nos aflige a todos nós e não é exclusivo do Governo e não é exclusivo do partido que o sustenta; toca e diz respeito a toda a Região Autónoma dos Açores e é uma preocupação comum que, aliás, e muito bem tem sido posta em comum, e neste caso concreto e vertente, por deputados, quer das bancadas da oposição, quer da bancada do partido do Governo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

**Deputado Francisco de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Eu queria pedir mais alguns esclarecimentos e também prestar alguns.

O meu primeiro esclarecimento é este: eu não conheço o diploma, conheço a sua filosofia, conheço alguns princípios dele, porque tive várias conversas com V. Exa. sobre isso, mas não conheço o diploma e por isso não posso pronunciar-me.

**Secretário Regional da Educação e Cultura (António Maria Mendes):** Dou-lhe uma fotocópia agora!

**O Orador:** ...Muito obrigado. Esse deve ser, de facto, o bom caminho para que a gente, nestas coisas, possa avançar em conjunto, quando pudermos e estivermos de acordo nos princípios.

Eu fiz duas perguntas a que o Sr. Secretário não respondeu e gostaria de saber a sua opinião concreta ou a da Secretaria sobre essa questão.

Os CIFOPRAS, no âmbito nacional, têm estado a formar professores, essencialmente para dois níveis de ensino, educação escolar e ensino primário.

A Lei de Bases prevê que também formem para o chamado agora 2º ciclo do básico, a que nós vamos chamar preparatório para nos entendermos rapidamente. Por outro lado, a Lei de Bases impõe que essa formação de professores seja licenciatura. Será que a Secretaria já tem, de facto, alguma ideia de que tipo de professores o CIFOPRA vai formar, se vai formar educadores de infância, professores para o ensino primário? Para o 2º ciclo será a Universidade que vai continuar a sua formação, dado que se exige o nível de licenciatura?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

**Secretário Regional da Educação e Cultura (António Maria Mendes):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco de Sousa:

O mesmo diploma que eu lhe vou a breve trecho fornecer uma cópia, diz: é de acordo com o plano de renovação das estruturas do ensino

que se justifica a criação dum Centro Integrado de Formação de Professores na Universidade dos Açores, o qual terá como finalidade a formação de professores para a educação pré-escolar e para os ensinos básico e secundário. É o que manifestamente diz o diploma. A Comissão Instaladora, a Universidade e a Secretaria estudarão, com base nesse compromisso, os moldes que nunca ficarão certamente aquém dos moldes em que a nível nacional funciona, por uma questão de dignidade.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Faria.

**Deputado Fernando Faria (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

Aproveitando este debate iniciado pela intervenção do Sr. Deputado Francisco de Sousa e já que fui um dos deputados desta Casa que fez um requerimento à Secretaria Regional da Educação e Cultura já há alguns dias e nunca obti resposta, mas tive agora assim uns laivos de resposta do Sr. Secretário nestas suas intervenções orais. O Sr. Secretário leu no Projecto de Decreto-Lei os números 1 e 2 do artigo 1º, porventura, para não maçar, não ia ler o decreto todo, não leu os números 3 e 4 e é aí que existe as razões do meu requerimento e as razões da pergunta que concretamente lhe coloco, porque o Sr. Secretário já vai adiantando que o mais difícil é o polo da Horta, porque não terá à partida pessoal qualificado, mas depois dá-me a impressão que adianta que nenhum dos pólos tem pessoal qualificado. Gostaria que me dissesse se há pessoal em quantidade e qualidade suficiente, Sr. Secretário? Era esta a primeira pergunta.

A segunda pergunta era se esse Projecto de Decreto-Lei já é Decreto-Lei?

Em terceiro lugar é se o pessoal qualificado a que se refere é estritamente da área de ciências da educação, se é dos currículos, porque não se sabe ainda qual é o currículo e eu tive o cuidado de ver currículos de várias escolas superiores de educação; nem todas estão a funcionar no País, apenas duas estão a funcionar e outras estão em vias da Comissão Instaladora, já elaboraram currículos, programas de professores, até a escola superior da Madeira também não está a funcionar, mas tem 10 professores extraordinários, não sei bem se é assim, e 10 professores adjuntos no seu quadro e eu gostava de saber se para o Centro Integrado de Formação de Professores, nas áreas que não só a pedagogia e a psicologia, portanto as áreas das ciências e da educação, se nas outras áreas se prevê que esses professores tenham todos o doutoramento, mesmo na área da educação e já agora perguntava-lhe quantos doutorados tem na área das ciências,



da educação na Universidade dos Açores? E, se nos outros casos se prevê que todos tenham o mestrado, o doutoramento? É porque se assim for, Sr. Secretário, vou-lhe lembrar que a própria Universidade dos Açores, nos cursos que lecciona, tem muitos licenciados a ministrarem aulas nos seus dois polos que têm ensino e que afinal também neste caso do Centro Integrado de Formação de Professores continuarão a ter ensino em prejuízo de uma outra zona da Região que não o terá.

Muito mais teria a dizer, mas como são perguntas terei que ser sintético. Se me puder responder, desde já muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar os pedidos de esclarecimento pedidos.

**Secretário Regional da Educação e Cultura** (António Maria Mendes): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputados Fernando Manuel Faria Ribeiro:

Em relação ao seu requerimento quero informá-lo de que foi respondido em 12 deste mês. Portanto, é admissível, estamos hoje a 20. É estranho que uma carta leve 8 dias para chegar aqui à Horta, temos que protestar em relação aos serviços de distribuição do correio. De qualquer maneira também lhe posso dar fotocópia da resposta ao requerimento.

Eu percebo as suas preocupações não só pelo teor do requerimento e pelo número de questões que põe que, aliás, tornou a enumerar aqui algumas delas, é realmente um problema que o preocupa a si, como deputado por este círculo e, naturalmente, me preocupa a mim como governante e que faz todo o seu esforço para ter uma visão global e de conjunto dos problemas e nunca deixou de estar presente no meu espírito esta questão do polo da Horta, é inequívoco, e eu já o disse há bocado, que houve essa preocupação de anotar isto no Decreto-Lei, que ainda não o é, eu acabei de dizer que o tinha entregue ao Secretário de Estado do Ensino Superior, portanto, penso que neste momento ainda não foi levado ao Conselho de Ministros; há toda a urgência que isso aconteça, por razões de tempo, para que a Comissão Instaladora possa realmente começar a trabalhar com tempo suficiente à sua frente para que as coisas saiam bem. Estará sempre presente e as instruções dadas ou a dar à Comissão Instaladora será de que tem que haver um esforço muito particular e o Governo viabilizará, neste caso, naturalmente através de mecanismos financeiros, que são também alguns dos que se põe, para que o polo da Horta não se atrese em relação aos outros.

Quanto à definição de perfis, é da competência, embora sob zelo da Secretaria, da Universidade e da mesma Comissão Instaladora encontrar

os docentes dessa escola, contando com alguns mestres que temos na Região, dois em Angra do Heroísmo e três em Ponta Delgada já neste momento, com mais os professores dos respectivos polos de Ponta Delgada e de Angra. Ainda ontem, num simposium que se realizou em Angra, falando com o Sr. Reitor me foi dito que existem para a componente científica uma quantidade de docentes, um professor e pelo menos dois ou três assistentes que podem, efectivamente, de imediato começar a actuar, que é uma coisa que não acontece aqui na Horta, mas o Governo, a Universidade e a Comissão Instaladora farão todo o esforço para grangear esses meios humanos e, como eu lhe disse, tentar que simultaneamente as situações arranquem ao mesmo tempo. Não se trata aqui de distribuição horizontal, não tem que haver o mesmo em Ponta Delgada, o mesmo em Angra e o mesmo na Horta. A própria Comissão Instaladora, estudando a situação, é que irá definir como é que há-de vir a funcionar, efectivamente, este Centro Integrado distribuído por três pólos.

É isto que lhe posso dizer neste momento, porque há questões que foram postas, que são pertinentes, mas que me ultrapassam na possibilidade de lhe responder neste momento, porque estão dependentes de possibilidades de recrutamento de docentes que vai ter que se fazer e naturalmente até problemas de natureza financeira, mas aí eu creio que o Governo arrostará com eles se vierem a constituir melindre de maior. Não vai ser por falta de dinheiro que, talvez, as coisas não venham a funcionar.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

**Deputado Francisco de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria pedir novamente um esclarecimento ao Sr. Secretário e inclusivamente dar outro ao Sr. Deputado Fernando Faria.

Eu penso que o Sr. Deputado Fernando Faria está a falar de uma coisa diferente daquela que eu tenho estado a falar e penso que o próprio Sr. Secretário está a falar ou pelo menos não estamos a falar com pontos de vista semelhantes.

Eu tenho estado a falar dum Centro Integrado de Formação de Professores inserido na Universidade dos Açores, não estou a falar de nenhuma escola superior de educação. São duas estruturas completamente diferentes e distintas. Estou a falar dum Centro Integrado de Formação de Professores que em Braga, por exemplo, funciona desde 1980, em Aveiro desde 1981 e em Évora desde 1985. A Universidade dos Açores devia, pelo menos, estar na média destes prazos, atendendo que só estas quatro Universidades do País é que podem legalmente ter CIFOPRAS não pode haver CIFOPRAS fora destas Universidades.

A segunda questão é directamente dirigida ao Sr. Secretário.

O Sr. Secretário diz que na Região existem 5 mestres; tanto quanto eu sei a Região teve 4 professores que foram fazer mestrado, encontrando-se um deles em Faro e que está completamente desligado da Região, porquanto o contrato dele nem sequer foi renovado na Região; um encontra-se na Universidade dos Açores, um está na Escola do Magistério Primário de Ponta Delgada e um estaria ainda a completar o mestrado. V. Exa. disse que tinha 2 em Angra e 3 em Ponta Delgada....

**Secretário Regional da Educação e Cultura** (António Maria Mendes): Um está na tropa!

**O Orador:** ...Mas não é pertencente aos quadros da Região, que eu saiba!

**Secretário Regional da Educação e Cultura** (António Maria Mendes): Pretende vir para a Região!

**O Orador:** Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Faria.

**Deputado Fernando Faria** (PSD) Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais:

É só para dar uma breve resposta ao Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Eu não confundo ainda, embora não esteja enfronhado nesses problemas do ensino, neste momento, nem tenha participado nas reuniões em que o Sr. Secretário e o Sr. Reitor da Universidade tiveram por causa da criação do CIFOPRA no âmbito da Universidade dos Açores, aliás, no meu requerimento tenho o cuidado de dizer isso. Portanto, não chegava aí, o que não impede que nos Açores até se pudesse ter ido para a criação duma escola superior de educação, fora da Universidade dos Açores. Estamos entendidos e estamos afinal a falar a mesma linguagem no essencial, porque, sim senhor, o CIFOPRA é integrado é no âmbito da Universidade dos Açores que tem três pólos. É só isso.

Queria congratular-me em parte, com o que o Sr. Secretário disse e estranhar que no diploma, já que a sua intenção, que naturalmente será a da Comissão Instaladora, esses números 3 e 4 do artigo 1º, que aí estão, tivessem existido, porque o nº 3 diz: "O CIFOPRA nos pólos de Ponta Delgada e Angra, funcionarão de imediato", no nº 4 diz: "desde que criadas as condições, nomeadamente em pessoal qualificado o polo da Horta arrancará", não diz o dia, mas o Sr. Secretário agora disse aqui, e é importante que tenha dito e registo, que se fará todos os possíveis para que arranquem simultaneamente.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado

Manuel Goulart.

**Deputado Manuel Goulart** (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Como também não tive resposta ao meu requerimento, presumo que virá também pelo caminho, pelos vistos os correios andam muito atrasados ou será burocracia em algum lado, gostaria de dar mais algumas informações complementares sobre este assunto, que julgo de muito interesse, não só para estas ilhas do Faial, Pico e S. Jorge por exemplo, que serão talvez as mais afectadas, mas para a Região no seu conjunto.

Concretamente o que eu gostaria de lhe pôr era a seguinte questão: O Sr. Secretário afirmou que o polo da Horta teria maiores dificuldades de avançar já, devido a condições humanas, portanto a falta de pessoal devidamente habilitado para isso, embora tivesse ao mesmo tempo adiantado que esse aspecto também se punha de certa maneira, embora não tão gravemente, nos outros dois pólos. Portanto, prevendo que as condições humanas seriam deficientes em qualquer um dos pólos o porquê de, no Projecto de Decreto-Lei, aparecer já o ponto 3 e 4 a estipular que os pólos de Angra e Ponta Delgada avançariam de imediato e o da Horta só quando tivesse essas condições, isto partindo de que, segundo afirmou, as condições não eram óptimas em nenhum dos sítios.

Um outro aspecto que eu gostaria de lhe pôr é de que V. Exa diz que o Governo fará um esforço grande, no sentido de os três pólos serem implementados ao mesmo tempo, eu perguntaria-lhe concretamente quais os esforços que o Governo pensa fazer - dado que não especificou, apontou que havia questões levantadas pelo Sr. Deputado Fernando Faria que o ultrapassavam e não poderia responder - para pôr o polo da Horta em funcionamento?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para responder aos pedidos de esclarecimento.

**Secretário Regional da Educação e Cultura** (António Maria Mendes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Srs. Deputados Fernando Faria e Manuel Goulart, muito obrigado pelas vossas intervenções.

O seu requerimento também foi respondido na mesma data e também lhe posso dar fotocópia da avença. De facto, os correios talvez andem atrasados, a saída da Secretaria foi em 12-05/1987, pelo ofício 1504 e 1499 respectivamente.

Os esforços que o Governo fará, são os esforços que a ele compete e que são viabilizar por todos os meios e processos, sejam financeiros, sejam doutra natureza legislativa por exemplo, criar as condições para que a Universidade ou

a Comissão Instaladora não possam invocar que, eventualmente, poderiam ter sido mais prestes, mais rápidos ou mais eficazes na montagem duma instituição como esta e que não o poderam fazer por não disporem de meios. Concretamente quais, pois da letra "A" à letra "Z" não é fácil de inumerar, porque até neste momento, não se tem um quadro rigoroso da ordem de dificuldades nesta situação que é complexa, é melindrosa, é grave e merece toda a nossa atenção e todo o nosso empenho.

Não é fácil fazer um elenco dessas situações, agora o que o Governo pode garantir é que da sua parte procurará que não se levantem entraves à prossecução deste projecto. É isto que lhe posso dizer.

Quanto ao problema dos pólos, que em torno disto que se levantam questões maiores, diz-se aqui na resposta aos requerimentos - esta resposta até penso que é comum, porque a pergunta também foi comum - que os pólos de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada deverão começar a funcionar de imediato, prevendo-se que o pólo da Horta entre em funcionamento, que pode ser também de imediato, logo que se verifiquem as condições indispensáveis para tal e essas condições já foram inumeradas e fundamentalmente até se prendem com meios humanos e materiais e aqui o Governo até pode ter uma actuação mais imediata, porque o material depende mais da viabilidade ou não viabilidade de ordem financeira, com especial destaque para a falta de pessoal qualificado, problemas esses que à Exma. Comissão Instaladora - responde o Director Regional - competirá solucionar, dentro das suas atribuições legais, no tempo considerado indispensável e com as limitações e condicionalismos específicos da nossa Região, cujo escamoteamento nunca passará de mera ilusão e deverá constituir um atentado grave à dignificação e à qualidade do ensino que se pretende implementar e o que aqui nesta Câmara ninguém pode duvidar é que todas as partes que estão a intervir nesta questão ou neste debate, nem por sombras lhes passa pela cabeça que se deva descer em matéria de dignidade e de qualidade do ensino em nome de outras questões.

A questão especial, fundamental e importante que deve ser a tónica do nosso objectivo e da nossa meta deve ser, sim senhor, procurar rapidamente, dentro do tempo que a Comissão Instaladora dispõe, que é um tempo, definido em diploma, de três anos e renovável para além desse mesmo tempo, tendo em linha de conta, como eu dizia, que seria um grave atentado, em matéria de dignificação e de qualidade de ensino, se fizessemos as coisas à "trocho mocho" e sem as considerar e não podemos escamotear isso e eu estou aqui a falar com o coração nas mãos, de que têm que ser encarados, têm que ser pesados e sub-pesados

e as medidas têm que ser tomadas, embora até possam, momentaneamente, doer aqui ou acolá.

Mais aberto e mais sincero do que isto não posso ser.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

**Deputado Francisco de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não tenho dúvidas de que este será, em termos de educação, a nossa reforma agrária e digo isto por uma razão muito simples: os professores do ensino primário e educação pré-escolar nos Açores terão que ter uma formação de nível superior, equivalente a bacharel; os professores do 2º ciclo do ensino básico, actual ensino preparatório, e o ensino unificado terão que ser completamente diferentes daquilo que têm sido até hoje. Terá de ser uma licenciatura com letras maiúsculas.

Não me posso calar, senão exigindo que a Secretaria ao fazer o CIFOPRA o faça pensando clara e abertamente que os professores dos Açores têm que ter formação superior mesmo que isso possa, em alguns casos, ter de obrigar a criar outras estruturas alternativas e, porque não lares bastantes em condições que permitam a deslocação de estudantes dumas para outras zonas. Temos o caso bem vertente da Universidade dos Açores que foi criada com 3 pólos, que isso nos sirva de exemplo a todos e que se não corra, uma vez mais, o risco de, por causa de termos 3 cidades antigas, 2 cidades novas e não sei quantas vilas novas e velhas, querermos responder a tudo e a todos com a má qualidade que, em alguns casos, temos respondido devido à falta, sobretudo, de quadros humanos. Lembraria que, por exemplo, a Secretaria Regional da Educação e Cultura fez um diploma o ano passado para subsídios de fixação. Essa legislação não teve ainda qualquer efeito nos Açores.

Portanto, vamos com calma na formação de professores, porque os Açores são a Região da Europa - na qual o Sr. Presidente do Governo gosta sempre muito de dizer que participa -

que tem o maior índice de analfabetismo. Isto é extremamente importante e é extremamente grave....

**Presidente do Governo (Mota Amaral):** Não exageremos, Sr. Deputado! Eu não fiz a pintura tão negra!

**O Orador:** ...Mas faça-a eu! Não é a pintura Sr. Presidente, é a realidade absoluta e desafio o Sr. Presidente a demonstrar-me se neste momento há menos analfabetismo nos Açores.

**Presidente:** Parece que este assunto está esclarecido. Assim sendo, vamos continuar o nosso Período de Antes da Ordem do Dia. Faltam precisamente dez minutos para terminar este

período e dou a palavra ao Sr. Deputado José Decq Mota para uma intervenção.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma verdadeira política de habitação, para ser digna desse nome, tem que ser concebida segundo as diversas situações existentes, a gravidade relativa das mesmas, as potencialidades de recuperação do parque habitacional degradado, as possibilidades de utilização do parque habitacional sem uso, a capacidade de aplicação de recursos na habitação das diversas camadas sociais carentes, a definição de verdadeiras e justas opções e de metas a atingir.

Sem se atender a estes e a outros aspectos não é possível definir uma política de habitação que faça frente à situação de carência, de inadequação, de má conservação e de degradação do parque habitacional.

Como em tudo o resto a definição das opções e prioridades, é, na política de habitação, a pedra de toque. Quando se tem de definir prioridades vem ao de cima muitos factores que se afastam largamente dos critérios de justiça social, de utilização socialmente útil dos recursos colectivos e das ideias generosas, simples mas profundas de solidariedade humana que deveriam ter presença permanente na condução dos assuntos colectivos.

Hoje o Governo Regional dos Açores desenvolve acções, programas e projectos que definem uma determinada política de habitação.

Não foi, no entanto, dada prioridade a este sector na vigência dos governos regionais, tendo antes a opção sido feita a favor da construção de infraestruturas, essencialmente portuárias e aeroportuária. Como é sabido e sentido por todos, nem todos esses investimentos foram bem planeados, muitos deles foram mal executados e bastantes, por sinal dos mais vultuosos, foram decididos e realizados correspondendo a uma opção que só seria legítima depois de outras questões essenciais terem tido a dotação de recursos de que necessitavam...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Não apoiado!

**O Orador:** ...Como todos igualmente sabemos e sentimos, muitas das infraestruturas construídas não tiveram o efeito na economia regional que muito se anunciava e a célebre passagem da "era das infraestruturas" para a "era do desenvolvimento" pomposamente anunciada no fim do 2º Governo Regional, mais não foi que a continuidade do marasmo económico em que vivemos. Este episódio mostra que se é certo que a propaganda é um instrumento legítimo, quando assente na divulgação da verdade, não é menos certo que a propaganda se transforma num instrumento repugnante quando

assenta no vazio.

Gastaram-se, pois, os milhões tão falados nas infraestruturas aos quais há a somar os outros milhões transferidos para o sector privado a título de "incentivos económicos", muitos dos quais apenas serviram para engrossar o pecúlio, largo na maioria dos casos, de quem os recebeu e não tiveram, conseqüentemente, qualquer efeito económico.

Enquanto se gastaram todos estes milhões, só muito lentamente se foi pensando que o parque habitacional estava e está altamente degradado, que é insuficiente, que muitos dos fogos não têm o mínimo de condições e que milhares de açorianos vivem de forma totalmente inaceitável.

Só muito lentamente se foi pensando em tudo isto e ainda por cima às avessas, isto é, **não se deu prioridade real** aos casos mais agudos, às situações de miséria extrema, de promiscuidade, de insalubridade, de ausência total de condições higio-sanitárias, em que vivem centenas de famílias, muitas delas numerosas, desta Região.

Os programas que foram e estão sendo idealizados e realizados, dirigem-se, na maior parte dos casos, às situações de rendimentos, que sendo escassos, são medianos no quadro regional e esqueceram as situações de baixos e muito baixos recursos.

Estão em curso programas úteis de apoio à recuperação de habitação degradada, de apoio à auto-construção e de apoio ao cooperativismo da habitação, Ninguém contesta esses programas, em si mesmos, o que não pode deixar de ser dito, é que a maior parte dos casos de muito baixos recursos não são, na prática, abrangidos por eles.

Antes porém, de continuar a desenvolver esta linha de raciocínio, não posso deixar de referir que são muitos os casos em que algumas das entidades legalmente encarregadas de dar andamento a estes programas, atrevem-se a assumir comportamentos totalmente ilegais e ilegítimos de pressão sobre os cidadãos interessados em beneficiar das medidas previstas.

Conheço pessoalmente diversos casos em que Presidentes de Junta do PSD e funcionários regionais intimaram cidadãos que pretendiam usufruir dos apoios à recuperação da habitação degradada a demitirem-se de partidos da oposição ou de listas eleitorais também da oposição, como condição necessária para usufruir desses apoios. Isto é pura e simplesmente inadmissível, mas acontece nesta Região Autónoma nos dias de hoje. Todos o sabemos!

Como estava a dizer, só o facto de os programas habitacionais em curso não preverem nem visarem a resolução das situações em que a pobreza e a miséria são as determinantes principais,

é que existem e persistem as centenas de casos e milhares de pessoas que vivem como as centenas de folhas de relatórios descrevem, vastas horas de intervenção denunciavam e tão frequentes como inócuas declarações de governantes prometem irradiar.

Se alguns dos milhões do Orçamento Regional que foram mal gastos ou mesmo dados sob a capa de "incentivos" que não incentivaram coisa nenhuma, tivessem sido aplicados na realização de uma política de habitação justa e criteriosamente executada o panorama hoje seria certamente, outro. Mas não é pura e simplesmente porque as opções adoptadas e as prioridades decididas não tem a ver com os interesses das classes e camadas mais desfavorecidas da população dos Açores....

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):**  
Não apoiado!

**O Orador:** ...Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As considerações breves que hoje vos trago sobre política de habitação tem como causa próxima uma visita que, na qualidade de deputado, realizei recentemente ao Bairro de Pescadores da Lagoa.

O que lá vi é uma das provas, infelizmente não única, da justeza das considerações que fiz sobre a política de habitação.

Como se sabe o Bairro de Pescadores da Lagoa é construído por casas sem qualquer espécie de habitabilidade e que são na concepção dos seus espaços e na qualidade e tipo de construção um produto acabado da prática do regime fascista no domínio da habitação para a classes trabalhadoras.

Construído em 1952, com materiais de má qualidade, habitado por famílias de muito baixos recursos ao longo de todos esses anos, pessimamente conservado pelas entidades responsáveis por esse património, o Bairro dos Pescadores da Lagoa é não só uma acusação viva para quem via a resolução do problema da habitação daquele modo, como é, também, uma acusação vivíssima para todos os que, 13 anos após o 25 de abril, têm que ser responsabilizados por nada de sério terem feito para modificar as condições daquelas chamadas casas.

Os habitantes do Bairro de Pescadores têm realizado um vasto conjunto de diligências junto de todas as entidades que possam intervir no sentido de melhorar a situação.

Recentemente um grupo de moradores do bairro promoveu um inquérito à situação das 50 casas. Todas as famílias deram as respostas solicitadas por forma a que se pode dispôr, neste momento, de alguns dados elucidativos e actuais. Respiço alguns:

O número médio de habitantes por casa é de 6,8, quando a média do Concelho da Lagoa

é de 4.

O número de crianças que habitam no bairro é de 166, sendo 48,5% do total dos habitantes.

Dos 176 adultos que lá vivem 72 exercem uma profissão, havendo um elevado número de domésticas e alguns reformados.

O rendimento médio per-capita é de 4.650\$00/-/mês, oscilando entre o valor mínimo de 1.277\$80 e 12.500\$00.

Em 43 das 50 casas chove lá dentro de forma abundante.

Apenas 4 das 50 casas têm casa de banho com um mínimo de condições.

27 dos inquilinos já solicitaram ajudas no quadro dos apoios à habitação degradada. Desses 27 apenas 5 beneficiaram de algum apoio camarário.

Normalmente é dito aos habitantes do bairro que não têm direito a usufruir dos esquemas de apoio à habitação degradada porque não são proprietários das casas. Só que o proprietário que é a Região, nada faz para conservar as casas.

Há 6 anos foram acrescentados quartos, todos eles pequenos, em diversas das casas.

Em todos esses quartos construídos recentemente chove dentro; o chão é de cimento mal acabado; os caixilhos e armações das janelas (feitas há 6 anos) estão, em geral, podres.

O estado de conservação geral das casas é péssimo.

O sistema de esgotos tem deficiências na ligação ao mar, com os consequentes cheiros e entupimentos.

Muitas das portas e forros estão podres e é necessário que se compreenda que quem tem rendimentos claramente insuficientes para a alimentação não tem qualquer possibilidade de comprar materiais ou mandar fazer obras.

Quando visitei o Bairro, o que vi foram pessoas de trabalho, que pouco ganham, que vivem muito mal e que têm todo o direito de viver com um mínimo de condições.

O que vi foi uma situação geral de degradação provocada, claramente, por falta de condições mínimas para fazer face aos problemas.

O que vi, foi quase quatro centenas de pessoas, metade das quais crianças a viverem nas piores condições.

Mas também vi homens e mulheres desse bairro que não se conformam com essa situação; que mobilizam e organizam; que têm a lucidez de fazer um balanço rigoroso da situação e que reclamam, de forma clara, sem medo, com firmeza, a justiça a que tem direito.

Mães de famílias muito grandes, reformados no fim da vida a subsistirem com pequenas pensões; jovens trabalhadores do mar ou da indústria que ganham salário por demais curtos para as necessidades; todos eles me pediram que exigisse às entidades competentes, soluções urgentes

e que alertasse a opinião pública para a situação em que vivem.

Todos eles me contaram as visitas que entidades oficiais lá fizeram desde 1976.

Muitos me disseram que chegaram a acreditar que iam ser tomadas medidas sérias, mas logo acrescentaram que após a construção dos pequenos quartos suplementares perceberam que nada seria resolvido de forma capaz.

Alguns deles fizeram questão em dizer, desiludidos, que tinham por muito tempo pensado que o Sr. Presidente do Governo Regional iria resolver o assunto, pois tinha ficado muito impressionado com o que vira.

Um senhora de mais de 70 anos chegou a pedir-me, revoltada, que perguntasse ao Sr. Presidente do Governo se ele saberia o que era viver assim. A pergunta aqui fica mas já com uma resposta: nenhum de nós que aqui estamos, nenhum dos presentes e que tem responsabilidades no poder ou na oposição saberá, de facto, o que é viver como se vive no Bairro de Pescadores da Lagoa em 1987, na época da electrónica, do nuclear, da velocidade supersónica.

Nenhum de nós o sabe, mas por isso mesmo temos a obrigação estrita e urgente, de resolver essa e outras situações semelhantes que sabemos existirem na Região.

Entregarei na Mesa a documentação do inquérito a que já aludi, com a solicitação de que a Comissão dos Assuntos Sociais estude, observe e se pronuncie sobre este caso, no âmbito do artigo 30º do nosso Regimento.

Esta intervenção da Comissão se fôr feita com empenho pode ser um contributo positivo para a erradicação destas situações.

**Para que isto seja possível o que é necessário acima de tudo é criar um programa específico de emergência, para o Bairro da Lagoa e para outros Bairros em situação semelhante.**

Aqui fica a clara exigência de que sejam tomadas as necessárias medidas, sem mais demoras, sem mais palavras ocas, sem mais falsas desculpas e demagogias.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos e vozes do PS: Muito bem!)

**Presidente:** Srs. Deputados, já tenho inscrições para a discussão deste assunto e pedidos de esclarecimento, possivelmente. Em todo o caso terminou o Período de Antes da Ordem do Dia, mas continuaremos amanhã, no mesmo período, a discussão deste assunto. As inscrições que foram feitas, inclusive a do Sr. Secretário Regional do Equipamento Social, já estão anotadas pela Mesa. É óbvio que as inscrições não estão fechadas, os Srs. Deputados que pretenderem intervir sobre este assunto poderão inscrever-se amanhã. Terminou o nosso Período de Antes da Ordem do Dia. Vamos passar ao Período da Ordem do Dia.

O nosso 1º ponto é a continuação da discussão e pedidos de esclarecimento sobre o **Relatório da Comissão para os Assuntos Internacionais, ao abrigo do artigo 33º do Regimento.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos então iniciar a discussão do relatório, não lido, da Comissão dos Assuntos Internacionais, retomando exactamente o ponto onde tínhamos ficado ontem.

As perguntas a fazer, por parte deste Grupo Parlamentar, seriam, poderia dizer sem exagero, infundáveis porque a maioria do PSD descobriu, realmente, uma nova fórmula de concretizar a política, o princípio de "Peter", ou seja de, a cada gesto que faz, a cada passo que dá, aumentar, multiplicar, complicar as contradições. Costuma dizer-se que aos políticos só restam duas alternativas: repetir-se ou contradizer-se. Acontece que esta maioria consegue, nestas relações entre o Ministro da República e os Órgãos de Governo próprio da Região, ao mesmo tempo repetir-se e contradizer-se....

**Deputado Natalino Viveiros (PSD):** E o que é que conseguia a minoria?!

**O Orador:** ...Essas questões são postas aos representantes da maioria na Comissão, como vem referido no próprio Regimento que orienta essas discussões, e eu começaria pela última fase do relatório e que imediatamente levanta várias questões, que diz que o relatório foi aprovado por unanimidade, o que significa que também foi aprovado com os votos da maioria e eu pergunto se este facto já não significa, em si mesmo, o simples facto de ter sido incluídas no relatório as informações colhidas nesse encontro com o Ministro da República, que era considerado, noutro local que não na Comissão, no plenário da Assembleia, desnecessário e inútil, já não significa uma contradição clara entre o que se aprova num lado e o que se aprova no outro. É esta contradição que eu gostava de ver explicada.

Mas, mais em pormenor, vejamos o que é que os representantes da maioria na Comissão aprovaram com o seu voto. Diz-se no relatório, na alínea b), página 3:

"Em reunião de 15 de Janeiro do corrente ano, decidira esta Comissão procurar encontrar-se com o Ministro da República, com vista a obter elementos sobre as ideias do Governo da República quanto à passagem dos Açores para a área do COMIBERLANT da NATO, e quanto ao futuro do Centro de Controle Aéreo de Santa Maria, e do chamado Projecto NAV II.

Após um primeiro adiamento deste projectado encontro, por não se terem feito, atempadamente,

as diligências que o Regimento comete à Presidência da Assembleia, foi votada na Assembleia Regional uma Proposta de Resolução, no sentido de a mesma Presidência dar cumprimento imediato à solicitação efectuada pelo Presidente da Comissão para os Assuntos Internacionais, para se conseguir o encontro com o Ministro da República. Esta proposta foi derrotada. Visto, porém o seu carácter conjuntural, e o facto de não incidir sobre a legitimidade ou ilegitimidade de tal encontro, foi solicitada ao Presidente da Assembleia tal diligência (pois que assim o não fora, até então) em carta de 15 de Abril de 1987. A esta carta foi dada resposta negativa, informando o Presidente da Assembleia que, em face daquela votação, não podia dar andamento às diligências necessárias."

Em pergunto o que é que, efectivamente, os elementos que na Comissão representam a maioria aprovaram neste relatório, se foi esta interpretação da proposta de resolução que aqui foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ou se foi aquela que vem documentada em anexo a este relatório com as cartas trocadas entre o Presidente da Comissão e o Presidente da Assembleia. Possivelmente, atendendo à posição desta maioria e dos membros dela, aqui no Plenário, teriam aprovado a segunda interpretação; em todo o caso aprovaram no relatório e na Comissão também a interpretação do Presidente da Comissão e não admito que as pessoas estejam aqui para aprovar, ora num lado, ora no outro, coisas diferentes, em lugares diferentes e em momentos diferentes; não estão de certo para aprovar na Comissão coisas apresentadas pelo Deputado Alvaro Monjardino e no Plenário coisas contrárias apresentadas pelo Presidente do Governo Regional, por exemplo. Suponho que não deve ser esta a explicação, deve ser outra e é esta outra explicação que eu gostava de conhecer.

Mas, no relatório acrescenta-se ainda:

"Perante esta situação, quatro deputados membros desta Comissão (Alvaro Monjardino, Hélio Pombo, Simas Santos e Alvarino Pinheiro) encontraram-se, a título individual, com o Ministro da República que, sobre aqueles assuntos, lhes prestou as informações solicitadas.

Esses deputados trouxeram as informações colhidas à Comissão e puseram-nas em comum para figurarem no relatório, em face da impossibilidade do diálogo directo entre a Comissão propriamente dita e o Ministro da República.

Desta maneira, e perante as limitações, que não criou, se desincumbe a Comissão da tarefa que se propusera em 15 de Janeiro último, habilitando o Plenário com os elementos que, pela referida via indirecta, logrou obter, e com os comentários que, sobre os mesmos, lhe pareceu

adequado formular."

Eu pergunto como é que os elementos da maioria na Comissão, que não estiveram neste encontro, que nesta Assembleia votaram contra este encontro, acolheram no relatório as informações colhidas a título individual pelos outros quatro deputados e sem quaisquer reticências, sem lhe acrescentar o que quer que seja, sem as refutar de nenhuma forma, aprovando-as por unanimidade, se aprovaram o relatório sobre um acontecimento em que não estiveram, em que se recusaram a estar....

**Presidente:** Sr. Deputado, pedia-lhe que abreviasse uma vez que está a esgotar o seu tempo de 5 minutos para a formulação de perguntas.

**O Orador:** ...Não, isto é uma intervenção, suponho eu...

**Presidente:** O artigo 33º do nosso Regimento diz que: "o Plenário toma conhecimento do relatório no Período da Ordem do Dia, podendo as comissões prestar esclarecimentos complementares por sua iniciativa ou a solicitação de qualquer deputado". Não estão previstas verdadeiramente intervenções, de forma que o Sr. Deputado pode pedir os esclarecimentos que entender.

**O Orador:** ...É isso que estou pretendendo fazer.

**Presidente:** O nosso Regimento em matéria de esclarecimentos marca um período de 5 minutos para cada esclarecimento e a única coisa que lhe peço, para respeitar o Regimento, era que dividisse os seus pedidos de esclarecimentos por várias fases, utilizando por cada vez 5 minutos e que agora abreviasse, porque o seu tempo está a terminar, para eu poder dar a palavra aos outros Srs. Deputados que estão inscritos e depois o Sr. Deputado usará novamente da palavra, se assim o entender.

**O Orador:** Concerteza. Então o Sr. Presidente pode-me considerar inscrito.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do CDS congratula-se com o conteúdo do relatório da Comissão dos Assuntos Internacionais, nomeadamente no que se relaciona com as informações prestadas acerca da situação do NAV II e da eventual transferência dos Açores para a área do COMIBERLANT.

Face à sectária e limitativa decisão do plenário desta Assembleia sobre o pretendido encontro entre a Comissão dos Assuntos Internacionais e o Ministro da República e à posterior recusa do Presidente desta mesma Assembleia em dar seguimento ao pedido formal da própria Comissão nesse sentido, é agradável constatar

que, na prática, a orientação política subjacente à actuação da maioria desta Assembleia não tenha acarretado prejuízos de maior para os importantes objectivos da Comissão e do interesse desta Região. A prová-lo está o facto de, a maioria dos membros da Comissão dos Assuntos Internacionais, terem estabelecido efectivamente o aconselhável contacto com o Ministro da República e obtido os desejáveis elementos de informação que constam do presente relatório.

Assim, a Representação Parlamentar do CDS permite concluir que a deliberação desta Assembleia e a atitude do Presidente da mesma não atingiram os nefastos efeitos de que se receava.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Teixeira.

**Deputado Carlos Teixeira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu pedi a palavra para fazer uma pergunta ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa que, concerteza, interveio em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e, por conseguinte, era nesta qualidade que eu gostaria que ele me respondesse a uma pergunta muito simples que eu vou fazer.

É se, efectivamente, o Partido Socialista está perfeitamente de acordo com todo o teor do relatório que estamos agora a discutir?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para responder a esta pergunta e depois pode usar da palavra durante cinco minutos para formular os comentários que entender ao relatório.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar o que eu quero dizer é que não há qualquer razão de ser para a pergunta feita pelo Sr. Deputado Carlos Teixeira e portanto, considero-me perfeitamente dispensado de lhe responder...

**Deputado Natalino Viveiros (PSD):** Estamos esclarecidos!

**Deputado Carlos Teixeira (PSD):** O que é isso Sr. Deputado!?

**O Orador:** ...e, posto isto, continuo a formular as questões para a discussão desse assunto. Essa discussão, por aquilo que já foi apontado, centrava-se nas contradições que claramente surgem no comportamento da maioria. São essas contradições que facilmente são detectáveis e quem terá de responder à pergunta feita pelo Sr. Deputado Carlos Teixeira será a própria maioria.

Nós sabemos que, por um requerimento aqui lido ontem, formulado pelo Sr. Deputado Flor de Lima em 10 de Abril e respondido pelo Sr. Presidente do Governo Regional em 19 de Maio, o Sr. Deputado pediu informações sobre esse mesmo assunto e que o Sr. Presidente do Governo

Regional achou preferível fazer uma detalhada exposição ao Sr. Deputado requerente, à qual, de resto, assistiram quase todos os Srs. Deputados que fazem parte do Grupo Parlamentar da maioria. Isto leva-me a fazer uma outra pergunta: este relatório, como já se viu, foi aprovado por unanimidade com base nas informações colhidas por 4 deputados, a título individual, que se deslocaram ao Gabinete do Ministro da República. Sabemos que, pela resposta a esse requerimento, a maioria tem informações sobre este mesmo assunto...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Informações não, Sr. Deputado!

**O Orador:** ...e o que desejávamos saber é o que é que essas informações acrescentaram, porque pelo relatório nota-se que não acrescentaram coisa nenhuma. A maioria tem as informações que a oposição foi colher e tem, além dessas, as informações que a título particular e exclusivo o Presidente do Governo Regional lhes resolveu fornecer....

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Trata-se de matéria classificada, Sr. Deputado!

**O Orador:** ...O que eu pergunto é se estas informações colhidas junto do Presidente do Governo Regional trouxeram ou não alguns complementos ou algumas rectificações àquilo que vem no relatório e eu desdubro nas perguntas sucessivas que o texto do relatório proporciona, comparando essas duas fontes de informação. No relatório diz, por exemplo, que o Ministro da República informou os deputados que o contactaram, que o Governo Português ainda não tomou posição final sobre o assunto do NAV II. Essa opção virá incidir sobre propostas concretas da ANA, formuladas sobre estudos a que esta empresa procedeu. As informações que os deputados têm do Sr. Presidente do Governo Regional acrescentam, confirmam ou desmentem esta informação que aqui está...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Eu já tinha dito isso a algum tempo atrás!

**O Orador:** ...Mais, diz-se que esses estudos, segundo o Ministro da República, levaram a ANA a recomendar que o Projecto NAV II seja concretizado em Lisboa e não em Santa Maria. O Projecto NAV II, como se sabe, diz respeito à modernização radical do Centro de Controle Oceânico, que até agora tem funcionado com instalações cada vez mais obsoletas no Aeroporto da Santa Maria.

Quanto ao Projecto NAV I, esse existe já implementado em Lisboa. A pergunta que eu faço é exactamente a mesma: se sobre essa informação, colhida junto do Ministro da República, a maioria tem, e particularmente o Sr. Deputado Flor de Lima que foi privilegiado com uma informação de carácter pessoal e mais pormenorizada, alguma coisa a acrescentar a essa informação.



Mais, diz-se que, a favor da solução recomendada, a ANA aduz várias razões, uma económica, uma tecnológica e outra concorrencial. A economia, considerando de aproveitamento de infraestruturas e mesmo equipamento já existentes em Lisboa, a implementação do NAV II nesta cidade custaria cerca de 1,5 milhões de contos; a mesma implementação em Santa Maria custaria cerca de 5,5 milhões de contos e eu pergunto se às informações fornecidas pelo Sr. Presidente do Governo Regional, de forma didáctica e pessoal ao Sr. Deputado Flor de Lima e a quase todos os Deputados da maioria, se confirmam ou não esta informação e esta diferença de verbas...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Desmentem e desmontam!

**O Orador:** ...O sistema do Controle Oceânico NAV II já não utiliza a voz humana para transmitir as informações via rádio, transmite por essa via sinais de computador; dentro de 10 anos será via satélite. O pessoal para operar esse sistema é altamente especializado e julga-se difícil colocá-lo em Santa Maria...

**Deputado Natalino Viveiros (PSD):** Tipo escuteiros!

**O Orador:** ...Pergunto se as informações fornecidas pelo Sr. Presidente do Governo Regional confirmam, desmentem ou acrescentam alguma coisa de novo às informações que aqui estão sobre a dificuldade de encontrar pessoal em Santa Maria para operar nesses sistemas...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Sim senhor, muita coisa!

**O Orador:** ...Diz-se no relatório argumentos de carácter concorrencial:

"Os custos da operação serão mais baratos se for mais baixo o investimento inicial; ademais, a rápida implementação do sistema permite a prestação de muitas mais informações, pelo que demoras ou adiamentos poderão levar à redução do espaço português FIR Oceânico, neste momento a prestar um serviço de má qualidade, pelas deficiências do equipamento actual". Pergunto se as informações fornecidas pelo Sr. Presidente do Governo confirmam ou desmentem ou acrescentam alguma coisa ao que aqui está dito sobre esta situação.

"A ANA refere, ainda, ter recebido indicações da IATA e, indirectamente, da própria FAA (Federal Aviation Administration dos Estados Unidos), insistindo por uma actualização do controlo oceânico português, e fazendo sentir que lhes interessa a solução mais barata, porque deixará o custo dos serviços prestados.

Refere, igualmente, que as novas técnicas retiram o essencial da importância à colocação do centro de controlo no meio da área controlada, ou perto dele; e que, no caso dos Estados Unidos, estes estão tecnicamente preparados para contro-

lar, a grandes distâncias, áreas do Atlântico que vão até à Europa, bem como áreas do Pacífico que se estendem até ao Japão." Eu pergunto também sobre esta informação, se esses elementos privativos e exclusivos que os deputados da maioria têm, acrescentam, confirmam ou invalidam essa informação...

**Presidente:** Sr. Deputado, tenho que pedir-lhe que interrompa, porque acabou o seu tempo.

**O Orador:** ...Eu interrompo, continuando inscrito.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em relação a este relatório eu desejava dirigir ao relator da Comissão, dado que o seu Presidente não está, um pedido de esclarecimento breve em relação ao último item do relatório e seria uma informação complementar sobre o andamento em que se encontrará este estudo sobre o acordo laboral que está a ser feito no âmbito duma subcomissão, principalmente neste aspecto: qual o âmbito desse trabalho que essa subcomissão está a fazer e quais os pontos que procura apreciar com maior pormenor...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Qual subcomissão!?

**O Orador:** ...Eu estou a referir-me a uma subcomissão que vem referenciada no relatório da Comissão dos Assuntos Internacionais que estará a fazer um estudo sobre as questões da execução do acordo laboral.

Em relação a esta questão do NAV II, também gostava de fazer um breve comentário.

Como os Srs. Deputados se lembrarão, pelo menos os que estavam atentos - eu noto hoje aqui nesta sala, não sei se é por causa do calor, uma displicência muito grande a começar aqui pela bancada do meio, mas que vai pela sala toda - que eu ontem dirigi, e foi lido na tribuna, um requerimento ao Sr. Presidente do Governo sobre questões relacionadas com o NAV II. Dirigi esse requerimento porque entendo que é necessário dispôr, em relação a este problema, de todas as informações provenientes de todas as áreas do poder que, directa ou indirectamente, tenham a ver com esta questão.

Participei numa audiência com o Ministro da República em que ouvi determinadas informações e determinados pontos de vista que, de acordo com o que essa entidade disse, representa o pensamento do Governo da República e o pensamento da Empresa Pública que tem a ver com isto.

Muito recentemente, na última sessão, ouvi o Sr. Presidente do Governo, numa intervenção pouco informativa e muito política e até um tanto apaixonada, marcar uma posição sobre este

problema do NAV II, mas gostava de chamar a atenção que, por exemplo, em relação a duas questões que penso que são importantes neste processo, embora não sendo chave nenhuma para ele, uma que é a ausência de investimento da parte da ANA-EP neste momento em relação aos Açores; outra que será a proposta, de acordo com o que foi informado pelo Ministro da República e que consta deste relatório, que a ANA faz de investimento a médio prazo não ter sido referido.

Eu espero ansiosamente a resposta do Sr. Presidente do Governo ao meu requerimento e espero ansiosamente porque receio que receba um officio do Sr. Presidente da Mesa em que diga "a matéria é classificada", porque o Sr. Presidente do Governo há bocadinho disse isso mesmo aqui. O Sr. Presidente fez uma exposição ao Sr. Deputado Flor de Lima e aos Srs. Deputados da maioria e disse que não passava a informação aos outros porque era classificada. Eu aguardo serenamente, como sempre, a resposta e espero que o Sr. Presidente tenha o bom senso pessoal e político de não me mandar um officio a dizer que a matéria é classificada...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Pode ficar descansado, Sr. Deputado! Não cai daí abaixo!

**O Orador:** ...Não é classificada. Portanto já não perdi tudo, como se vê....

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Sobre o NAV II não há matéria classificada!

**O Orador:** ...Muito bem, eu termino já este curto comentário e pedido de esclarecimento, mas não queria terminar sem esclarecer o Sr. Deputado Flor de Lima em relação à sua última intervenção de ontem.

Como está claramente demonstrado por aquilo que se está a passar aqui neste momento, pelo nervosismo e a displicência até de alguns Srs. Deputados, a sua decisão - que suponho pessoal - de prescindir da leitura deste relatório não tem a ver com uma questão de interpretação do Regimento; tem a ver com um procedimento político. Era esta a resposta que queria dar à sua última intervenção de ontem. Não podia deixar de o fazer.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Simas Santos.

**Deputado Simas Santos (PS):** Prescindo da palavra.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voltando ao relatório e voltando a tentar, porque nós temos de alguma maneira que tentar perceber a riqueza de informação fornecida pelo

Sr. Presidente do Governo Regional à maioria e para confrontarmos com a pobreza de informação que, indirectamente, contra a vontade da maioria, mas também aprovada pela maioria que estava na Comissão, foi colhida junto do Ministro da República...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Os Senhores têm é ciúmes!

(Risos do PSD)

**O Orador:** Interessa-nos saber tudo sobre tudo, não queremos esconder nada sobre nada, portanto queremos que a maioria que não fez na Comissão, que não fez no relatório, que foi pôr à disposição da Comissão as informações que tinha, o que os outros deputados fizeram, que o faça agora aqui e por isso eu continuo até a Mesa entender que deve interromper-me.

No relatório diz-se: "a ANA também argumenta que a opção pelo NAV II em Lisboa não votará Santa Maria ao abandono". O Governo também argumentou assim quando tirou o tráfego internacional de Santa Maria. Talvez seja esta fraqueza que tão difícil torna a tarefa do Governo de convencer a ANA a investir em Santa Maria, porque se o Governo Regional fez, porque é que a ANA não poderá fazer; perguntará a ANA,...

**Deputado Natalino Viveiros (PSD):** Ou pergunta o Sr. Deputado!

**O Orador:** ...visto que, dos 360 funcionários que lá se encontram, apenas cerca 1/7 terá de ser transferido para o exterior. A maioria, especialmente o Sr. Deputado Flor de Lima, teve o privilégio de ouvir da boca do Sr. Presidente do Governo Regional informações a esse respeito e eu pergunto-lhe se essas informações confirmam essa redução ou não?

Acrescenta ainda a ANA que se propõe investir nos Açores cerca de 1,5 milhões de contos (até 1991/2), fundamentalmente em equipamento de ajudas à navegação, nomeadamente comunicações telefónicas. Volto a repetir, não me cansarei, porque quero saber se a maioria, através de quem entender, confirma ou não esse investimento, onde é aplicado, em quês e em que ilhas? Pode acrescentar mais alguma coisa sobre esse tipo de investimento? Eu quero saber, por isso pergunto e a oposição queria saber, por isso foi ao Ministro da República e com base no relatório está aqui a pergunta agora.

"Finalmente, a ANA considera que deve centralizar-se em Santa Maria o controlo de tráfego local dos Açores". Pergunto se o Governo Regional também considera ou não? O que é que os Srs. Deputados da maioria souberam da boca prestimosa do Sr. Presidente do Governo Regional? Prestimosa para a maioria e sabemos já, por triste experiência, do que é que servem quando um presidente dum governo informa só a sua maioria; criam-se situações como aquelas que se criaram na

Assembleia da República, aquando da discussão do Estatuto. Nós não queremos que se criem aqui essas situações; por isso queremos que a maioria traga ao conhecimento deste plenário estas informações.

"Perante estas informações, a Comissão reteve que existe uma recomendação da ANA ao Governo da República, que sobre ela não se pronunciou." Pergunto aos Srs. Deputados da maioria se é efectivamente assim ou não?

"Interessa apontar que, dos argumentos invocados pela ANA, são consideráveis os de ordem económico-financeira. Mas não pode reduzir-se tudo a isto. Assim, o argumento da urgência, que leva a pensar se não devia ter-se activado há mais tempo o sistema, para não ter de decidir-se agora, perante pressões externas, e riscos de perda do espaço controlado. Perante esse problema que vem a ser levantado, ao nível da Região, pelo menos desde 1982, é de perguntar se não seria mais avisado ter-se tomado uma decisão há mais tempo, independentemente da localização." Seria de perguntar se, efectivamente, o Governo Regional em 1982 ou 83 não se terá contentado com uma vitória política em 14 de Abril, em vésperas de eleições, por um Despacho que nem é assinado, ao contrário do que eu próprio estava convencido, pelo Primeiro Ministro, mas simplesmente pelo Gabinete do Ministro da República, portanto pelo próprio Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, pelo Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes e Governo Regional dos Açores. Portanto, é apenas um despacho dum departamento do Governo; aqui não aparece o nome do Primeiro Ministro, portanto não compromete o Governo....

**Deputado Natalino Viveiros (PSD):** Ainda por cima um departamento que não tem nada a ver com o assunto!

**O Orador:** ...Bom, se não tem nada a ver com o assunto, porque é que o Governo tem feito tanto finca pé neste assunto?

"Parece também que os argumentos da ANA são muito caracteristicamente empresariais, e, portanto, podem e devem não ser os únicos a tomar em consideração na decisão política que o Governo da República porventura venha a tomar.

Nesta decisão não podem deixar de pesar outros vectores - entre eles, os compromissos que ao tempo existiram, no sentido de o projecto NAV II não ser desviado para fora de Santa Maria -."

E, acrescenta-se exactamente as razões que consideram, na opinião da Comissão, que este facto não pode ser esquecido e deve ser reiteradamente posto em relevo e também se pôs em relevo as limitações desse mesmo Despacho.

São estas as questões, quase linha a linha do relatório e não houve a preocupação de linha a linha, porque eu não quis desrespeitar a decisão desta Assembleia, que entendeu que ele não devia ser lido, mas eu digo à maioria que não se preocupem com essas contradições, porque elas efectivamente são incómodas mas não são graves, as contradições graves estão para chegar daqui a pouco e vêm pela mão de outros diplomas que mostrarão até onde por ir este Governo na mesquinhez destas lutas políticas e politiquês indiferentes aos interesses reais dos Açores e à responsabilidade política deste Governo Regional perante esta Assembleia....

**Deputado Natalino Viveiros (PSD):** Isso é hipocrisia!

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Não apoiado!

(Vozes de protesto do PSD e do Governo)

**Deputado Natalino Viveiros (PSD):** Está a fazer campanha agora!

**O Orador:** ...Portanto, os Srs. Deputados não se preocupem, as contradições são incómodas apenas, não são graves. As contradições graves estão para vir....

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** O senhor é que é o centro das contradições!

**O Orador:** Demonstraremos isso dentro de pouco tempo, hoje seguramente e amanhã, no período de Antes da Ordem do Dia, se tivermos tempo para isso, perante a rigidez regimental e a celeridade destas reuniões.

Deixo agora a palavra à maioria para nos enriquecer com as informações que colheu da boca sábia, esclarecedora e iluminada do Sr. Presidente do Governo Regional.

**Deputado Natalino Viveiros (PSD):** Eu não sabia que o senhor é que dava a palavra!

(Risos do PSD)

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Ah! Está bem! Mas não se quis meter no assunto do COMIBERLANT!

**Deputado Natalino Viveiros (PSD):** E incómodo! Pode levar com um míssil!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Natalino Viveiros.

**Deputado Carlos César (PS):** A palavra no sentido figurado!

**Deputado Natalino Viveiros (PSD):** O senhor está-se a ver ao espelho!

(Risos do PSD)

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Depois de ter ouvido aqui a leitura do relatório feita por um ilustre membro, que certamente também integra a Comissão dos Assuntos Internacionais...

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Não, não integro!

**O Orador:** ...e teve, de facto, a dar-nos

uma lição de boa leitura e a sua exposição ia crescendo à medida que o Sr. Deputado ia vendo que todas as alfinetadas e as contradições que ia lançando nesta sala não mexiam sequer com a serenidade com que nós encaramos este problema e vou resumir em pouquíssimas palavras qual é a posição do Partido Social Democrata sobre esta matéria concreta.

O Partido Social Democrata sempre defendeu...

**Deputado Carlos César (PS):** Isso é a nível de quinto grupo!

**O Orador:** ...Qual é que o senhor quer!?

(Risos do PDS)

**Deputado Carlos César (PS):** Eu gostava de saber qual é o que tu queres!?

**O Orador:** O senhor se quiser diga só qual é o número que calça que nós mandamos!

Portanto o Partido Social Democrata sempre entendeu que as informações que têm sido prestadas pela ANA não são do nosso ponto de vista relevantes, carecem de fundamento, pecam porque não apresentam consistência económica, na defesa que publicamente têm feito, sobre a transferência do NAV II para Lisboa e por isso mesmo entendemos que o NAV II deve ser instalado em Santa Maria. É este o propósito do Partido Social Democrata; continuaremos a defender esta posição e certamente que o Governo continuará também a trabalhar nesta linha, como foi anunciado aqui de forma política, porque este assunto é, evidentemente, um assunto também eminentemente político, portanto não me admira nada que o Sr. Presidente do Governo ao ter respondido, na última sessão, a esta questão concreta o tivesse feito em termos políticos. Por isso mesmo a nossa posição é esta e é lamentável que, depois dos esclarecimentos ou da confusão que os Srs. Deputados trouxeram a esta Comissão na sequência dos seus encontros, hoje foi anunciado publicamente através de ondas hertzianas que o NAV II não vinha para Santa Maria, e era defendido no relatório da Comissão dos Assuntos Internacionais, porque custava 6 milhões de contos, comparado com 1,5 milhões, ou seja, está-se a intoxicar já a opinião pública nacional, sobre a vinda ou não do NAV II para Santa Maria, baseado em números...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Falsos!

**O Orador:** ...que não são, no nosso entender, correctos, apresentados pela ANA para levantar a opinião pública continental contra a Região Autónoma dos Açores, sobre uma matéria, da qual não podemos, nem devemos abrir mão....

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** E é isso que, de facto, magoa os Srs. Deputados!

**O Orador:** ...Está em causa uma questão de política global desta Região e é como tal que temos, de facto, que defender e não é com o argumento de que vão ser transferidos apenas

1/7 do pessoal, ou porque não há pessoal especializado, porque quando não há ele aparece e não é esta a questão de fundo. A questão de fundo é outra, a ANA sabe qual é; nós também o sabemos e, por isso mesmo, vamos continuar a defender os nossos pontos de vista.

Quanto às receitas eu gostava de saber, mesmo que este projecto custasse 6 milhões de contos, em função das receitas que o NAV II ou que o equipamento instalado para o controle de tráfego aéreo em Santa Maria traz, quanto tempo é que leva a sua amortização.

**Vozes do PSD e do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Devo dizer que me inscrevi porque me apercebi que o Sr. Presidente da Mesa estava a considerar o debate encerrado e muito licitamente, na medida em que não ocorriam inscrições e estava, pessoalmente, a aguardar que o Sr. Deputado Flor de Lima interviesse dando os esclarecimentos que entendesse sobre a matéria....

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** E essa! Essa agora!

**O Orador:** ...Aproveito o facto de estar no uso da palavra para rejeitar a expressão usada pelo Sr. Deputado Natalino Viveiros, que considero inadequada, quando refere que os elementos de informação, constantes desse relatório, vem lançar confusão neste processo. Julgo que isso tem que ser formalmente rejeitado. Porquanto, e como se está verificando ao longo deste debate, estou certo que, para a maioria dos deputados desta Assembleia, senão para a totalidade, as informações que aqui vêm, traduzem um adicional de conhecimentos sobre estas duas importantes questões, nomeadamente sobre o NAV II e mesmo sobre a outra questão, mais de carácter político-militar que também aqui vem mencionada e que nos parece fundamental que um órgão máximo da Autonomia, por conseguinte esta Câmara, reflitam sobre esse domínio e sobretudo que cada um dos deputados tenha o máximo de informação possível sobre essas matérias.

Rejeitamos também de forma muito clara que possam haver iluminados em matéria de informação sobre domínios, como os que estamos aqui a abordar, admitindo embora que o Governo, nomeadamente a pessoa do seu Presidente, pelo carácter e a responsabilidade das suas funções, em primeira mão possua o maior grau de informação possível, é do interesse da Região e é lógico e aceitável, mas também não admitimos que essas informações se mantenham no segredo dos Deuses, porque não é esse o espírito...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Dos Deuses! Não está a partilhar com um!

**O Orador:** ...no segredo do Deus, era isso que eu queria dizer....

(Risos da Câmara)

**O Orador:** ...Ainda bem que fiquei a saber agora que o dito "Deus" teria partilhado alguma dessa informação com alguns dos seus discípulos e isto também permite aqui lamentar, perante esta Assembleia, que essa mesma informação, um pouco à semelhança de toda a intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, pelo menos na minha interpretação, que visa sacar do Grupo Parlamentar do PSD e nomeadamente do seu deputado mais representativo na Comissão, aqui presente, essas informações. Mas, sob o meu ponto de vista e de acordo com o esclarecimento que ainda agora o Sr. Presidente acabou de prestar novamente, lamento que, havendo informações por parte de algum membro do PSD na Comissão dos Assuntos Internacionais, o que eu duvido, essas informações não tivessem sido postas com o critério que as pessoas muito bem entendessem, aquando da abordagem dessa matéria no âmbito da própria Comissão, não que as pessoas sejam obrigadas a dizer o que quer que seja, mas mais que não fosse para justificar o seu silêncio nessa Comissão.

Seja como for, julgo que o espírito da nossa primeira intervenção mantém-se e, sob o nosso ponto de vista, é bom repeti-lo.

Ainda bem e congratulamo-nos com o facto da Comissão dos Assuntos Internacionais ter produzido nesse relatório a informação que reproduziu, o que vem confirmar a justeza e a validade do que na altura se propunha e que esta Assembleia infundadamente rejeitou. A propósito importa referir ainda que, de acordo com a troca de cartas aqui reproduzidas no relatório também nos deixa algo frustrados relativamente à falta de fundamentação da resposta do Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Regional à carta enviada pelo Presidente da Comissão dos Assuntos Internacionais, quando essa mesma resposta se escuda na deliberação desta Assembleia em relação à resolução apresentada pelo Partido Socialista, quando nós sabemos que essa resolução visava sobretudo uma questão de celeridade no processo e a resposta do Sr. Presidente da Assembleia à Comissão nada avança em matéria de fundamentos, inclusivamente fundamentos regimentais, que oralmente o Sr. Presidente, aquando da discussão, indicou, perante a nossa Assembleia, que teria dúvidas de ordem regimental, mas o facto é que a resposta formal nem fundamenta minimamente essas mesmas dúvidas, escusando-se ou escudando-se, como se queira, numa opção que consideramos meramente e infelizmente política.

Por conseguinte, reitero o pedido de que

o Sr. Deputado Flor de Lima esclareça com toda a seriedade que este processo requer e faço votos para que o bom ambiente que tem passado por esta Câmara durante esta discussão não retire, de maneira nenhuma, a reflexão e a seriedade que o processo exige.

Compreendemos que este relatório veio perturbar, de facto, a forma cómoda como a maioria se vinha confrontando com todo este processo e pôs em causa esse comodismo, veio trazer à luz questões que são importantes, mas parece-me que era bom, de uma vez por todas, que esta Assembleia soubesse se há mais alguma coisa, para além do que aqui está dito neste relatório, que justifique o nosso conhecimento...

**Presidente:** Sr. Deputado, peço que abrevie porque o seu tempo está a terminar.

**O Orador:** ...Muito obrigado.

Chamava a atenção do meu colega deputado da Comissão para a pergunta que o Sr. Deputado José Decq Mota formulou, relativamente aos trabalhos da subcomissão e que julgo que deverão ter uma resposta neste plenário. Se o seu relator entender que não a deve fazer, eu depois pedirei licença à Mesa para o fazer em nome da Comissão.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para duas questões, uma referente à intervenção do Sr. Deputado Natalino Viveiros e outra referente à minha primeira intervenção nesta matéria.

Este problema do NAV II é uma questão que, efectivamente, se tem arrastado de algum tempo a esta parte. Como é do conhecimento de todos os Sr. Deputados, a informação que eu, como deputado dispunha deste processo era muito restrita, porque não tinha acesso às informações que o Governo Regional entendia dar, e acho que é legítimo, aos deputados do seu partido e também não tinha acesso fácil, obviamente, às informações e posições que o Governo da República ou a empresa pública envolvida teria sobre esta questão e a apreciação mais precisa que podia fazer deste processo foi, ao longo de mais de um ano nesta Assembleia, habituei-me a ouvir as persistentes e teimosas, mas teimosas no bom sentido, intervenções do Sr. Deputado Dinis Resendes a este respeito e perguntas às quais também me habituei, como os outros Srs. Deputados, que normalmente não tinham resposta ou pelo menos não tinham resposta clara...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Tinham respostas concretas e claras! O senhor é que não quer...!

**O Orador:** O Sr. Secretário dos Transportes e Turismo respondia sempre de forma muito curta,

até que um dia recente o Sr. Presidente do Governo Regional resolveu responder de forma mais larga e foi exactamente em relação a essa intervenção que eu fiz a apreciação de há pouco, dizendo que era uma posição política e era legítimo que o fosse, mas tenho a ideia, e chamava a atenção dos Srs. Deputados para isto, que é importante procurar ver-se porque é que é assim, porque é que durante um longo tempo deputados da oposição, principalmente do Partido Socialista e nomeadamente o Sr. Deputado José Dinis Resendes de Santa Maria, fizeram perguntas sobre este assunto. O Sr. Deputado José Dinis Resendes chegou a sugerir naquela tribuna que o Governo Regional devia fazer propostas concretas sobre a questão do NAV II, etc., porque é que a tudo isto houve sempre uma resposta de silêncio e em dado momento passou a haver um outro tipo de resposta. Bom, eu vou dar uma interpretação: logo a seguir a isso obtive informações do Governo da República e fiquei com a convicção que, talvez incorrectamente e penso que este assunto deve ser muito bem visto, está decidido há muito que o NAV II não vai para Santa Maria...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Não está decidido não senhor, Sr. Deputado!

**O Orador:** ...e o Governo Regional sabe disso...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Não é verdade, Sr. Deputado!

**O Orador:** ...e então, perante esta decisão, aparecem as posições só políticas, só para tirar efeito político duma outra decisão no sentido contrário e é esta a razão fundamental, Sr. Deputado Natalino Viveiros, que usei na expressão política que comentou. Eu acho que esta questão devia ter sido tratada de forma aberta, facultando a informação de forma ampla há muito mais tempo, no sentido de fazer-se tudo o que se pudesse para que, efectivamente, os interesses da Região, nesta matéria, fossem devidamente ressaltados e salvaguardados. Tenho a ideia que se deixou correr e só a determinada altura começam as posições e começam, efectivamente, com a carga política até radicalizada perante um determinado quadro.

A intervenção do Sr. Deputado Natalino Viveiros procura criar uma ideia, que é de que essa bancada e este Governo defenderão o NAV II em Santa Maria com unhas e dentes e que estas bancadas não o defenderão. Essa ideia é falsa,...

**Vozes do PSD e do Governo:** É verdade!

**O Orador:** ...essa ideia é tremendamente falsa no que toca ao PCP e suponho que no que toca aos outros partidos. Portanto, julgo ser hipocrisia política essa atitude, porque se são escondidas informações, se é escondido o ponto da situação num dado processo, se não são respondidas as questões postas pertinentemente

pelos deputados da oposição e nomeadamente pelo Sr. Deputado José Dinis Resendes, que merece ser destacado nesta matéria, e a dada altura - procurando virar o bico ao prego - vem-se inverter tudo e então tenho que lavar aqui um veementíssimo protesto político porque não se está a trabalhar com honestidade e com clareza política. Portanto, os Srs. Deputados desculpem-me, mas isto tem que ser dito com este vigor porque o problema sendo importante, não pode estar à mercê de meros jogos parlamentares, porque não é um problema próprio para procedimentos deste género, é um problema de interesse regional. Será ou não será? No meu entender é. Porque é que não o tratamos como tal?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

**Deputado Carlos César (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Deputado Flor de Lima, que suponho que está presente...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Faltam 8!

**O Orador:** ...Também não fazem grande falta!

A questão que aqui se discute é uma questão que tem origem numa reflexão neste Parlamento, que tem a ver com o seguinte: é útil ou não é útil conversar, dialogar, recolher informações ou trocar opiniões com o Sr. Ministro da República!? O Sr. Presidente do Governo Regional...

**Deputado Carlos Teixeira (PSD):** É o chefe da oposição, não é!?

**O Orador:** ...com ciúme, dor de cotovelo diz: não, não é útil, eu sou mais do que ele...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** É verdade!

**O Orador:** ...A oposição que não tem o privilégio de ter uma relação íntima com o Sr. Presidente do Governo Regional,...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Desde que se ponha!

**O Orador:** ...privilégio, de resto, que não reivindica nem deseja. Recorre às informações que lhe possam ser prestadas de boa vontade e com boa fé e o que o relatório da Comissão dos Assuntos Internacionais vem provar não é que a oposição ou as pessoas interessadas e de boa fé da maioria estejam interessadas em saber ou em provar se concordam ou não com o Sr. Ministro da República. Estão apenas interessadas em saber se essas impressões que trocam com o Sr. Ministro da República são úteis ou não são úteis e chegaram à conclusão de que são úteis e chegaram a essa conclusão porque, não atendendo à intervenção do Sr. Deputado Natalino Viveiros que, como é costume, interveio nesta Câmara tendo como principais características

o facto das suas intervenções serem irrelevantes, serem secundárias, serem inócuas e serem inúteis; é uma característica permanentemente desenvolvida...

**Deputado Natalino Viveiros (PSD):** Vê se me respeitas! O senhor veja-se me respeitada, se quiser ser respeitado!

**O Orador:** ...pelo Sr. Deputado Natalino Viveiros, que já o levou aí e que o há-de levar a outros sítios....

**Deputado Natalino Viveiros (PSD):** E a si também homem! Há-de o levar mas é para muito longe, para não dizer para o raio que o parta! O senhor está a ser insultoso!

(Risos da Câmara)

**Presidente:** Pedia aos Srs. Deputados que mantivessem a calma e que não usassem expressões que possam ser entendidas como insultos e que digam os apartes que o Regimento lhes permita, mas que acima de tudo não perturbem a sequência das intervenções que os Srs. Deputados estão fazendo. Peço ao Sr. Deputado Carlos César que continue.

**O Orador:** ...Muito obrigado Sr. Presidente.

Não solicito a V. Exa que retire do Diário das Sessões a expressão do malgrado Sr. Deputado Natalino Viveiros....

**Deputado Natalino Viveiros (PSD):** Malgrado é o senhor!

(Risos da Câmara)

**O Orador:** ...Eu tenho sentido de humor, não se preocupe!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Está em causa, como disse, efectivamente saber se das informações prestadas pelo Sr. Ministro da República era útil ou não essa prestação de informações e revelou-se útil, porque até hoje todos os discursos, todas as informações, toda a propaganda do Governo Regional sobre a questão de Santa Maria apontava para esconder um cenário de fundo que sobressai com as informações do Sr. Ministro da República. E, o cenário que agora sobressai é que o Governo da República, embora ainda não tenha tomado posição, inclina-se claramente para retirar o NAV II de Santa Maria....

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** A Oposição é que se inclina!

**O Orador:** ...É essa a grande relevância desta informação. O Sr. Presidente do Governo esconde essa realidade que preside à formação de vontade do Governo da República nesta matéria e o Sr. Ministro da República não a esconde, e foi possível - visto que eu não estive presente nesse encontro - aos membros que lá estiveram retirar claramente essa ilação do comportamento e dos trabalhos preparatórios que decorrem para uma decisão neste assunto. Isso é que se tornou

relevante nesta matéria e depois nós temos o direito de associar que essa formação de vontade, que é um agrave aos Açores, que é um agrave aos açorianos, que é um agrave-mais um - aos marienses, conjuga-se perfeitamente, por um lado com essa opção do Governo de Cavaco Silva, por outro lado com a tentativa, por parte do Presidente do Governo Regional, de encobrir, pelo menos, até ao dia 19 de Julho essa decisão do Governo da República e encobre-a de tal forma que até já restringe o trânsito de pessoas entre o Continente e os Açores, mais concretamente, emalou o Ministro da República no aeroporto de Lisboa...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Emalou o Ministro da República! "Honni soit ...", mas bem gostaria de o fazer, se pudesse!

**O Orador:** ...desculpem, o Ministro dos Transportes no aeroporto de Lisboa.

Bom, nisso o senhor apenas não tem a chave, porque essas tentativas faz.

Mas, a verdade é que o cancelamento foi feito e isso não pode ser escondido dos açorianos. Esse é o indício mais claro de que o Governo da República fará aquilo que sobressai das informações prestadas pelo Ministro da República e que nunca foram colocadas desta forma pelo Governo Regional. E, mais uma vez, V. Exa. para esconder isso, primeiro queria que o Ministro da República nada dissesse sobre o assunto e agora impediu o Ministro dos Transportes de vir aos Açores, porque o Sr. Ministro dos Transportes não lhe ia dizer no aeroporto de Ponta Delgada que o NAV II ficava em Santa Maria e foi por isso que o Sr. Presidente do Governo impediu que ele viesse aos Açores. É preciso falar muito claro sobre estas matérias....

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** O senhor está muito enganado!

**O Orador:** ...Então desafio o Sr. Presidente do Governo Regional a dizer ao Sr. Ministro dos Transportes que até ao dia 19 de Julho deve afirmar, como compromisso do Governo de Cavaco Silva, como compromisso do PSD para estas eleições, que vai manter o NAV II em Santa Maria. Desafio-o e tem que o dizer para provar isso...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Não podia ser também um compromisso do Partido Socialista!?

**O Orador:** ...O Partido Socialista já provou...

(Risos do PSD e do Governo)

**O Orador:** ...e o Partido Socialista terá no seu manifesto nacional de candidatura essa pretensão dos açorianos....

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** E mais cem medidas para não realizar em cem dias! Nós já sabemos o que é que as medidas do Partido Socialista pretendem!

**Deputado Natalino Viveiros (PSD):** Nem em cem anos!

**O Orador:** ...Sr. Presidente, as cem medidas e todas estas questões não têm nada a ver com o NAV II. V. Exa. não me confunde com a demagogia, o seu último recurso permanente é esse. Quando nós estamos a discutir uma questão concreta, V. Exa. lembra-se de não sei o quê. Estamos a discutir a questão do NAV II e eu desafio o Sr. Ministro dos Transportes, o seu Governo de Cavaco Silva e todo o seu Partido a nível nacional, que digam que é um compromisso do Governo a assumir no futuro, a defesa do NAV II em Santa Maria. Eu desafio isso.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Na próxima videoconferência!

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Então é bom que o Partido Comunista se defina, já que quer ir para o Governo mais o PS e o PRD!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria ter intervindo imediatamente depois do Sr. Deputado do Partido Comunista, porque a intervenção dele tinha-me inspirado um protesto. Simplesmente, como entretanto já se meteram outras coisas e não dentro dessa mesma linha, mas, no entanto, há determinados assuntos, sobre os quais o Governo Regional não pode deixar aqui de exprimir, uma vez mais, as suas posições e a primeira delas é para desmentir formalmente todos os Srs. Deputados da Oposição que nesse sentido se pronunciaram quanto ao porem em causa a firmeza com que o Governo Regional tem conduzido o processo NAV II. O Governo sistematicamente perante esta Câmara, tanto o Secretário Regional dos Transportes e Turismo como eu próprio, em diversas ocasiões, ratificou o seu empenho na realização do NAV II e também esclareceu sempre que esta matéria é, por concessão do Estado, responsabilidade duma empresa pública de âmbito nacional, chamada ANA. Esta empresa tem-se comportado como uma empresa apenas continental, esquecendo completamente os Açores....

(Risos do Deputado Carlos César)

**O Orador:** ...O que se passa neste momento - e é preciso educar a boca para a verdade; o Sr. Deputado está rindo, mas foi um daqueles "lapsus linguae" que eu travei a tempo - com a derrocada e ausência dos serviços prestados em Santa Maria pelo Centro de Controlo de Tráfego Aéreo, são a prova do que eu digo. A Empresa, de caso pensado, deixou cair até ao último degrau da escada o serviço expresso em Santa Maria. Convém não esquecer - matéria que não sei se foi tratada na reunião de alguns dos Srs. Deputa-

dos, sobretudo da Oposição, com o Sr. Ministro da República - que os serviços que a ANA presta em Santa Maria valem a terça parte, se a memória não me atraiçoa, dos serviços que são prestados em Lisboa e que podiam também valer identicamente em Santa Maria se ao longo destes anos as instalações de Santa Maria tivessem sido modernizadas. Foi o que a ANA não fez, de caso pensado. Sei perfeitamente, e isso foi dito aqui também por diversas vezes, que a ANA está há anos sabotando as orientações que recebeu do Governo em 1983, conforme os Srs. Deputados têm em anexo ao relatório, num despacho já publicado no Diário da República, tem instruções para realizar o NAV II. O Governo Regional, porque é pessoa de bem, porque parte do princípio que trabalha com gente de bem na condução da realização dos problemas do País, repetidas vezes teve garantias de sucessivos responsáveis da ANA que havia algum atraso, que havia problema na realização do NAV I, mas o NAV II já estava aí e houve inclusivamente deslocação de missões técnicas a Santa Maria para verificar onde é que se ia instalar o NAV II para começar a planear a sua instalação. O Governo acompanhou tudo isso e insistindo com todo o vigor para que esse projecto fosse levado até ao fim.

O Governo não entende que sobre essa matéria sejam necessárias negociações, Srs. Deputados, porque é um encargo da ANA realizar esse empreendimento; o Governo foi apoiado expressamente por uma votação unânime da Assembleia Regional, há alguns anos, relativamente a esta matéria e não temos descurado, nem por um momento, as nossas responsabilidades neste domínio. Sabemos o que é que a ANA defende; sabemos também que os sucessivos governos deram orientações em sentido contrário, a ANA quer levar a água ao seu moinho e nós protestamos contra isso, porque é querer reduzir-nos, é querer colocar-nos numa posição, do ponto de vista tecnológico, inferior e nós isso não podemos aceitar, de maneira que continuaremos a trabalhar por ela.

As informações que os Srs. Deputados foram tão celestes e solícitos, atentos, veneradores e obrigados, recolher ao Sr. Ministro da República, fazendo-o manifestamente com objectivos políticos que estão à vista de toda a gente, e estão à vista do povo açoriano que os há-de julgar a todos. Todas essas informações que aí estão e mais podiam ter sido obtidas, se a Comissão respectiva tivesse tido o cuidado de chamar aos seus trabalhos, como é de seu direito, o Presidente do Governo Regional. Não o fez, agora é que diz que vai fazê-lo. Na altura em que o Presidente do Governo Regional for à Comissão há-de acrescentar os outros elementos que sobre esta matéria dispõe e inclusivamente há-de demons-



trar o que de errado e de falso existe na argumentação da ANA, empolando o investimento a fazer em Santa Maria só para os classificar, para levantar a opinião pública do Continente claramente contra nós e para forçar o Governo da República, o actual ou os que se seguirem, para que não realize o investimento em Santa Maria, mas nós opor-nos-emos a isso.

Na última intervenção que fiz sobre esta matéria já salientei que o Governo Regional tem propostas concretas a negociar com o Ministro dos Transportes.

Se ele não veio agora á Região, não foi, Sr. Deputado, porque eu o tivesse proibido de vir; foi porque o Sr. Ministro da República decidiu ir para a América dialogar lá nos colóquios Wilson, em vez de estar aqui nessa altura, porque foi a ausência dele na Região que acabou por inviabilizar o programa por mim proposto e adiar uma vez mais a visita do Ministro dos Transportes...

**Deputado Carlos César (PS):** Por amor de Deus!

**O Orador:** ...É isso, sim senhor, o que eu acabo de lhe dizer! Garanto-lhe que é!...

**Deputado Carlos César (PS):** Não é nada disso!

**Deputado Jorge Cruz (PSD):** Tem que ser tudo como tu dizes!

**O Orador:** ...Foi exactamente por isso, com certeza, que a proposta por mim feita do programa não foi realizada. O Sr. Ministro da República quer por força entrar neste processo, como em todos os outros, e impediu que o Sr. Ministro dos Transportes viesse à Região nessa altura. A responsabilidade é bem diferente; os senhores façam reuniões lá com ele e perguntem-lhe se não é assim....

**Deputado Carlos César (PS):** Está a contratempo!

**O Orador:** ...Eu sei, vocês têm linha directa!  
(Risos do PSD)

**O Orador:** Quanto à sonogação de informações na Assembleia, o Governo não a faz nem a fará. Há matérias que, evidentemente, pelo seu especial melindre, têm de ser reservadas.

Pelos vistos, na reunião com o Sr. Ministro da República foram ditas só banalidades que os senhores além de terem sabido do Governo Regional, porque já foram ditas nesta Casa, podiam ter lido em qualquer jornal ou em qualquer manual daqueles que se distribuem à porta das instalações na NATO, quando se fazem visitas lá. Tomam a núbem por Juno como se isso fossem os segredos da Aliança Atlântica e ao meterem-se nessa matéria, meteram-se em assuntos muito perigosos sobre a qual a Comissão da Assembleia se queria meter, teria tomado uma posição muito clara, que não tomou.

Esse relatório vai ser lido à lupa por algumas entidades que os Srs. Deputados bem conhecem. Há-de concerteza trazer alguns problemas. Oxalá eu me engane.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Natalino Viveiros.

**Deputado Natalino Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Evidentemente que não vou dar o gosto de responder a algumas acusações que foram aqui feitas, porque vindo da parte de quem vêm só me enaltecem. Portanto, vou apenas responder aqui a uma questão posta pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e que me parece não ter entendido bem aquilo que eu disse.

Eu não referi que as causas eram o relatório; eu disse foi "em consequência de". Portanto, julgo que está rectificado e o Diário das Sessões assim o provará.

Por outro lado e quanto ao debate que aqui se desenvolveu, acho que é uma questão que todos nós devemos assentar: é que não há aqui mentirosos, desonestos, honestos e verdadeiros e parece-me que o debate sobre esta matéria e sobre outras, aliás, tem sido o mote trazido aqui pelo Sr. Deputado Decq Mota que se tem arvorado em único sério, em único honesto e em único verdadeiro e isso não pode ser de maneira nenhuma, porque o Sr. Deputado não tem o exclusivo da honestidade, da verdade e da seriedade. Portanto, se o senhor pugna por isso, tem de usar a mesma linguagem e na sua intervenção de há pouco não o fez e não se pode, de maneira nenhuma, estar aqui a tentar extorquir, como num tribunal de inquisição, coisas que não existem, coisas que se existem só na mentalidade das pessoas que querem fazer essas distorções.

As pessoas já disseram o que é que havia sobre o NAV II, o Sr. Deputado tem a sua opinião e as suas informações, mas o que o senhor não pode, de maneira nenhuma, é querer passar um atestado de mentiroso seja a quem for. Por isso mesmo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e porque esta matéria tem sido largamente tratada, mas como estamos em campanha eleitoral e as pessoas gostam sempre de trazer assuntos que são sérios - certamente como todos os outros que são aqui tratados nesta Câmara - gostam de exacerbar as populações para daí tirarem maiores dividendos e seria vergonhoso que o Partido Social Democrata fosse obter uma opinião do Ministro dos Transportes até ao dia 19 de Julho, de que o NAV II ia ser colocado em Santa Maria apenas para servir de campanha eleitoral e de estandarte do Partido Social Democrata. Eu não aceito de maneira nenhuma isso e se porventura o Partido Social Democrata fizesse isso era, de facto, então usar damagogia...

**Deputado Carlos César (PS):** Louvado seja

Deus!

**O Orador:** ...Diga Sr. Deputado!

**Deputado Carlos César (PS):** Eu já não digo nada!

**O Orador:** Ah! Não diz nada, pois já não devia ter dito, porque só diz asneiras!

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que eu peço é que o Sr. Presidente fizesse o favor - e é a requerimento que lhe peço - de mandar coligir tudo o que há sobre o NAV II: as intervenções dos Srs. Deputados, os esclarecimentos do Governo, os requerimentos feitos sobre esta matéria e tudo o que conste nesta Assembleia, desde o despacho que determina que seja instalado o NAV II em Santa Maria, de modo que seja distribuído pelos Srs. Deputados e seja dado aos Órgãos de Comunicação Social, para se ver, de facto, as posições que ao longo deste tempo foram tomadas sobre esta matéria e que são muitas e que hoje propositadamente - porque estamos perto duma campanha eleitoral - se esquecem nesta Casa e sobretudo a Oposição esquece aquilo que foi dito, feito e a documentação que têm sobre ele.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar queria lamentar que o Sr. Deputado Flor de Lima, como relator da Comissão e como membro mais institucionalmente destacado da Comissão aqui presente, uma vez que o Sr. Presidente da Comissão não está presente, tenha tido a delicadeza, pelo menos, de não responder a um pedido de esclarecimento que directamente lhe fiz e que nem sequer tem a ver com este assunto, mas sim com outro assunto abordado no relatório. Não podia deixar de registar isto, porque efectivamente considero uma omissão de alguma importância.

Em relação ao tema que nos tem demorado, eu queria fazer um brevíssimo comentário, apenas para clarificar o sentido da minha intervenção de há pouco, à luz da intervenção do Sr. Presidente do Governo e da intervenção do Sr. Deputado Natalino Viveiros.

O Sr. Presidente disse que desmentia formalmente os ataques à firmeza como o Governo Regional tem conduzido esta questão do NAV II.

Bem, o problema que eu pus e queria sublinhar é que o grau dessa firmeza, no meu entender, tem variado e a postura do Governo Regional nesta Câmara, uma vez que, como a Comissão de Organização e Legislação o fez, chamando a atenção desta Assembleia, a indexação dos Diários da Assembleia está muito atrasada, se for possível fazer esse respigar, como se verificará, pelos

dados que o Sr. Deputado pediu, que o grau e a amplitude - permita-me a expressão - dessa firmeza tem variado.

Reconheço que recentemente, a partir da Sessão de Abril e pela primeira vez, - e disse-o na altura, como o Sr. Presidente e os Srs. Deputados se recordarão - houve, de facto, uma posição de firmeza. Para mim alguns aspectos dessa posição - embora tivesse de acordo, disse-o e mantenho, eram difíceis de entender porque não dispunham de informação e o facto de eu, deputado regional, não dispôr de informação é revelador que para trás o grau dessa firmeza foi diferente, porque efectivamente às várias vezes que a questão era levantada a resposta era sempre muito curta em que dizia que o Governo estava a mexer no assunto, mas não se sabia até onde, como e visando o quê; nem se sabia bem o que é que a outra parte propunha; agora sabe-se mais ou menos. Fico na expectativa das outras informações que o Sr. Presidente fará o favor de, perante a comissão, debitar.

Quanto ao comentário que o Sr. Deputado Natalino Viveiros fez à minha intervenção queria dizer-lhe que a intervenção que eu ouvi de si, foi uma apreciação política em que o Sr. Deputado, a meu ver, ilegitimamente tenho que o dizer, como já disse há pouco - procurou fazer uma interpretação não rigorosa do evoluir da apreciação deste assunto nesta Câmara e a interpretação que eu fiz, contrária à sua, tinha que a fazer da forma clara como a fiz. Essa interpretação corresponde ao rigor com que eu vejo o problema e não podia, efectivamente, deixar de o fazer. É evidente que não é do nível da sua intervenção de agora onde o Sr. Deputado trata o problema da demagogia eleitoral às avessas, em vez de se pôr na posição de autor de hiatos com intenção demagógica, põe-se na posição da pessoa que repugna esses actos. A história desta Região faz o favor de demonstrar que o Sr. Deputado não tem razão de colocar-se nessa posição.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Começaria por fazer um pequeno comentário relativamente à intervenção do Sr. Presidente do Governo, quando ele refere que o Governo não sonega informação a esta Câmara e ao mesmo tempo deixa claro que só perante a Comissão Parlamentar para os Assuntos Internacionais, quando isso se tornar oportuno, é que prestará esclarecimentos adicionais e pelos vistos tem muitos a prestar. Isso deixa-me perfeitamente confuso perante o nosso Regimento e o nosso Estatuto e perante a hierarquia desta própria Câmara

porque se reserva para dizer mais tarde - não se sabe quando - a uma Comissão desta mesma Assembleia, um subconjunto deste plenário, quando a matéria é importante, é candente e está ocupando grande parte da nossa ordem de trabalhos neste plenário. Francamente, Sr. presidente, não percebo....

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):**  
Vou-lhe dar uma explicação depois!

**O Orador:** ...Pela minha parte estou ansioso por ela e que na explicação nos dê a informação que há meses insistentemente se pede, porque continuo a não me conseguir recordar do que é que da voz do Governo já safu de válido e de esclarecedor a esta Câmara sobre esta matéria...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):**  
O Sr. Deputado anda esquecido!

**O Orador:** Eu não ando esquecido!  
...que não seja, como já foi aqui dito, a sua declaração política de outro dia e uma outra intenção que, repito, seriamente são louváveis. Ainda hoje o Sr. Deputado Natalino Viveiros fez aqui uma intenção política do seu Grupo Parlamentar e do seu partido em lutar pelo NAV II; muito bem, é uma ótima intenção, mas é pouco e nós queremos muito mais do que isso, queremos informações e merecemos essas informações, e mais, o Governo tem obrigação de as dar. Não basta dizer que se depende da Assembleia e que se tem que prestar contas à Assembleia. É preciso prestar essas contas e muito menos deixar de lado aqui ameaças de que nos vamos todos arrepender de termos ido falar com o Ministro da República e já foi aqui dito e nós ouvimos tudo...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):**  
Não! Os senhores até gostaram!

**O Orador:** ...Até gostámos, eu gostei! Nunca tive o prazer de estar reunido com o Sr. Presidente três horas e muitos menos em assuntos sérios....

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):**  
Para ouvirem coisas daquelas, não sei qual foi o prazer!

**O Orador:** O Sr. já tem informadores do que se passou somente entre três deputados da oposição e o Sr. Ministro da República!?

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):**  
Há aí um relatório que diz isso!

**O Orador:** Ah! Isso é só um bocadinho!  
(Risos da Câmara)

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):**  
Bem me queria parecer!

**O Orador:** Há medida que o Governo começar a dar informações, cá estamos nós devidamente informados para confirmar ou não as informações do Sr. Presidente. Venham elas!...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):**  
Na qualidade de agente do tipo, o senhor é o porta-voz!

**O Orador:** ...Nego-me formalmente a entrar nesse tipo de discussão e nesse tipo de desvirtuamento de todo esse processo e tenha paciência, Sr. Presidente, não alimento essas matérias.

Queria ainda referir que o Sr. Presidente, na sequência da matéria, classificou de banalidades o que se passou nessa reunião, inclusivamente o que está nesse relatório. Julgo que o que está no relatório não o é efectivamente, muito menos o que se passou nessa reunião. O que já não podemos ajuizar é o que se passou numa pseudo-reunião que, infelizmente, não tive ontem oportunidade de ter acesso a essa informação e hoje, pelos vistos, pela voz certa jamais a teremos, mas parece que houve, de facto, uma reunião entre o Sr. Presidente do Governo e alguns amigos deputados e que dela não resultou nada de positivo para esta Câmara, eu pergunto - isso nem chega a ser banalidade - porque será que ainda não safu nada de positivo para esta Câmara da reunião entre o Sr. Presidente e os seus Deputados amigos....

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):**  
Safu, sim senhor, uma informação completa da maioria! É mais do que suficiente!

**O Orador:** ...Parece realmente que o assunto NAV II tem muito pouco interesse para determinados sectores.

Relativamente à questão levantada pelo Sr. Deputado José Decq Mota e como membro da Comissão dos Assuntos Internacionais e também da Subcomissão respectiva para a abordagem do estatuto dos trabalhadores civis das Feusaçores, julgo importante esclarecer a Câmara, muito rapidamente, que os trabalhos da Subcomissão se iniciaram com a audição da Comissão de Trabalhadores das Feusaçores que, na sequência de um documento que havia apresentado ao Sr. Presidente da Assembleia e portanto a esta Câmara e que foi remetido para a dita Comissão, se fez uma primeira abordagem à proposta de alteração do acordo laboral, orinunda dessa Comissão de Trabalhadores.

Numa primeira reunião a referida Comissão fundamentou perante nós, a sua iniciativa e deu lugar a uma troca de impressões e posteriormente iniciou o que eu diria análise na especialidade dessa referida proposta.

Aos trabalhos da Comissão tem estado presente o Sr. Delegado da Secretaria Regional do Trabalho, em Angra do Heroísmo, que tem prestado uma valiosa colaboração que, como técnico, tem acompanhado esse processo laboral das Lajes ao longo dos últimos anos, tem prestado, repito, uma valiosa colaboração à Comissão no sentido de a habilitar

nessa análise da especialidade. Os trabalhos continuarão ouvindo, como está definido em Comissão, os demais elementos envolvidos em todo o processo laboral. Inclusivamente está já previsto também a audição relativamente ao próprio acordo técnico, tendo já sido sugerido a presença do Sr. Presidente do Governo, que oportunamente será requerido, a estar presente, para a análise do acordo técnico...

**Deputado Carlos Teixeira (PSD):** O Sr. Deputado é o porta-voz da Comissão!?

**O Orador:** O Sr. Deputado tenha atenção!

**Deputado Carlos Teixeira (PSD):** É uma pergunta!

**O Orador:** ...e, eventualmente será alargado o âmbito do trabalho da Comissão a outras relações laborais no âmbito da Base Aérea nº 4, se para tal vier a ser considerado justificável face a elementos que venham a ser postos à própria Comissão.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Flor de Lima.

**Deputado Flor de Lima (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Peço a palavra para prestar um esclarecimento à Câmara e protestar.

Começando pelo protesto, quero protestar pelas declarações há pouco feitas pelo Sr. Deputado Decq Mota. Eu não me recusei a prestar informações, eu estava a recolher apontamentos das várias intervenções que estavam a ser feitas pelos Srs. Deputados e estava a aguardar o momento oportuno para responder a todos de seguida. Protesto pela forma como o Sr. Deputado abordou a questão, chamando-lhe de indelicado. Sr. Deputado Decq Mota, eu posso ter muitos defeitos, mas indelicado é que não sou.

Também quero protestar pela forma como o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, que faz parte desta Comissão como eu, se antecipou a responder ao Sr. Deputado José Decq Mota, que eu pretendia responder. Creio que não é a forma correcta de abordar as questões e com isso não dignifica o trabalho deste Parlamento. Era este o meu protesto que queria deixar aqui registado.

Quanto às questões que me foram postas pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa e restantes deputados, relativamente à estrutura do relatório, a questão é muito simples: eu optei por requerer ao Sr. Presidente do Governo as informações sobre o projecto NAV II e a eventual passagem do COMIBERLANT dos Açores. Os Srs. Deputados preferiram recolher esses elementos junto do Sr. Ministro da República.

Creio que vivemos numa sociedade livre, cada qual segue o caminho que pretende. Eu optei por aquele que escolhi, não critico ninguém, foi uma opção minha.

As objecções de fundo postas pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa, creio que não são dignificantes para o debate que se pretende dar aqui nesta Assembleia. Estão em causa questões muito importantes para a Região e que não se compadecem, de maneira nenhuma, com a forma como foram aqui apresentadas.

Eram estes os esclarecimentos que eu tinha a prestar à Câmara.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Vou fazer um muito breve contraprotesto e posteriormente um comentário também em relação a um aspecto da intervenção do Sr. Deputado Flor de Lima.

O meu contraprotesto é este: eu fui das primeiras pessoas a intervir logo a seguir à primeira intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa neste longuíssimo debate. Penso que é legítimo tirar-se a conclusão que depois de sucessivas intervenções de vários deputados, vários repetiram o uso da palavra, o Governo falou, etc., era perfeitamente legítimo, na altura que o fiz, tirar a ilação de que o Sr. Deputado não queria responder à questão que eu no começo do debate tinha colocado. Portanto, se de alguma forma fui injusto consigo, peço-lhe desculpa.

De qualquer forma não posso deixar de contraprotestar, porque penso que o Sr. Deputado efectivamente deveria, como Relator da Comissão que aqui está, não estando o Presidente, que é que representa a Comissão, logo no início quando este debate começou ter respondido à questão que eu coloquei e que até não tinha nem tem nada a ver com o grosso do debate.

Em relação ao comentário que queria fazer à parte final da intervenção do Sr. Deputado Flor de Lima, penso que efectivamente as palavras do Sr. Deputado são esclarecedoras da forma como alguns dos Srs. Deputados vêem todo este problema que se vem arrastando desde que a Comissão dos Assuntos Internacionais, por proposta do Presidente, resolveu pedir um reunião com o Ministro da República. O Sr. Deputado diz que optou por pedir informação ao Presidente do Governo Regional e que outros optaram por pedir informação ao Ministro da República. O problema penso que não se pode pôr assim. Como viu, eu participei numa reunião com o Ministro da República e também pedi informação ao Presidente do Governo Regional. Não se trata aqui dum problema, nem de pôr as duas entidades em contraponto e em confronto, institucionalmente não é assim, nem de optar por coisa nenhuma, trata-

-se pode obter informações a partir quem, representa a soberania nacional de obter informações por quem (no Governo Regional) tem efectivamente a responsabilidade maior nesta questão. Penso que o problema só se pode pôr assim e não em termos de opção.

Muito obrigado! proposta de resolução para o Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro do PSD, 2 de Maio de 1987, do 199 com Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, e Membros do Governo: que eu peço a colaboração de todos os. Queria responder ao protesto do Sr. Deputado Flor de Lima com um voto de congratulação. Na sessão Queria congratular-me perante esta Assembleia pelo facto do Sr. Deputado Flor de Lima ter usado da palavra, embora sob uma forma de protesto, porque isso veio permitir, com a sua intervenção, esclarecer aquilo que me parece que estava já muito claro sobre a eficácia da dita reunião existente entre o Sr. Presidente do Governo Regional e alguns deputados do Grupo Parlamentar do PSD, e nomeadamente o Sr. Deputado Flor de Lima, membro da Comissão. Julgo que as palavras do Sr. Deputado foram efectivamente felizes porque permitiram a esta Câmara efectuar o juízo final; se é que alguém ainda teria algumas dúvidas. Não acho que seja necessário mais nada. Por outro lado, queria também deixar aqui esclarecido que, como ainda há pouco ficou provado quando me inscrevi, pelo menos por uma vez, o Sr. Presidente da Assembleia esteve na eminência de encerrar os debates sem que a questão solicitada pelo Sr. Deputado Decq Motá fosse devidamente respondida pelo Sr. Deputado e Relator e, como aqui foi dito, estamos no fim desse debate e já tínhamos perdido a esperança da intervenção do Sr. Deputado e é apenas e só, e julgo que isto fica claro perante a Câmara, foi nessa emergência e exactamente para utilizar as palavras do Sr. Deputado para, dentro do possível contribuir, para salvaguardar a dignidade deste órgão que, como membro da Comissão tomei a iniciativa e não me arrependo. Só peço desculpa se eventualmente feri o Sr. Deputado e se era sua intenção usar da palavra, lamento que não o tenha feito naquilo que considere ser tempo útil, não mostrou essa vontade e nesse capítulo não tenho qualquer dúvida de deixar esse registo, mas quero aqui referir que para mim seria inaceitável e frustrante que este debate se encerrasse sem que esta Assembleia tomasse conhecimento do que é que a Comissão dos Assuntos Internacionais, através da sua Subcomissão para os assuntos laborais dos trabalhadores da Base, está efectuando. Portanto, tenho a consciência tranquila que dentro do possível e resumidamente contribuí para o esclarecimento desta Câmara.

Muito obrigado! Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Eu não esperava efectivamente intervir mais sobre este assunto, porque ele está esgotado pelo silêncio sobre as questões que foram postas. Apêns intervenho sobre as questões que foram postas, porque o Sr. Deputado Flor de Lima resolveu conservar-se silencioso durante todo o debate, resolveu intervir considerando a forma da minha intervenção indigna desta Assembleia.

Bom, esqueça a forma; para além dessa forma havia um conteúdo e foi à volta desse conteúdo que gerou todo esse debate, mas nem na forma que eu lhe dei, nem da forma que outros deputados deram nesta Assembleia o Sr. Deputado respondeu ao conteúdo das questões postas e dessa maioria não houve efectivamente qualquer resposta, houve a repetição que nós temos inclusivamente consagrada em texto de lei, porque curiosamente naquele mesmo texto o célebre despacho, assinado pelo Ministro da República e pelo Ministro dos Transportes e Turismo, estão lá promessas feitas em relação à Zona Franca de Santa Maria, exactamente nos mesmos termos e dizendo que a entrada imediata em funcionamento da Zona Franca implicaria determinados compromissos do Governo Central em relação à Santa Maria. É evidente que não entrou em funcionamento a Zona Franca e o Despacho, sabemos-lo hoje, é letra morta.

A única razão porque intervi foi para salientar aquilo que efectivamente esteve aos olhos de todos; não foi por causa da forma que o Sr. Deputado e a maioria não respondeu às questões. Não foi por esta razão, daí o meu protesto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Natalino Viveiros.

Deputado Natalino Viveiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vcu usar da palavra para um protesto e para fazer um requerimento à Mesa.

O protesto não podia deixar de fazê-lo na sequência da declaração cândida de congratulação do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e evidentemente que nós, pelo menos os que estão nesta bancada e certamente o Sr. Deputado não quererá ver nos Deputados do PSD asinhas brancas para não perceberem a sua antecipação. O Sr. Deputado usando da palavra, sem ninguém lhe ter dito que o relator da Comissão pretendia ou não intervir, prestou esclarecimentos a esta Câmara, antecipando-se, para poder depois, o que não conseguiu, enfiar o ferro nas costas do relator.

Ora bem, como nós não andamos nesta vida desde hoje ou de ontem não podemos de maneira

nenhuma aceitar isto. Por isso mesmo o meu protesto aqui formal pela forma como o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, no uso da palavra, pretendeu atraiçoar o relator desta Comissão.

O meu requerimento à Mesa é no sentido de se dar por encerrado o debate sobre esta matéria, porque o assunto está esgotado, a avaliar pelo teor das declarações produzidas já no final deste debate.

**Presidente:** Uma vez que já não há mais inscrições suponho que o requerimento se torna desnecessário.

Está encerrado este ponto da Ordem do Dia.

Vamos interromper os nossos trabalhos por 30 minutos para desanuviar este ar pesado que está dentro da sala pelo muito fumo que há.

(Risos da Câmara)

(Eram 17,45 horas)

**Presidente:** Srs. Deputados, pedia que retomassem os vossos lugares para podermos continuar os nossos trabalhos.

(Pausa)

Estão reabertos os trabalhos.

(Eram 18,35 horas)

Passamos ao 2º ponto da nossa ordem de trabalhos que é uma **Proposta de Resolução, apresentada por vários deputados sobre a "Abolição do fumo nas Sessões Plenárias"**. Baixou à Comissão de Organização e Legislação que deu o seu parecer.

Está este assunto à discussão. A Mesa aceita inscrições para a discussão desta matéria.

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Simas Santos.

**Deputado Simas Santos (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de só, muito rapidamente, dizer duas ou três generalidades sobre uma questão que me parece ser já sobejamente conhecida e gostaria de os alinhar em dois tipos: os argumentos de ordem médico-científica e os argumentos de tipo social.

Gostaria de lembrar aos Srs. Deputados uma tradução dum artigo duma revista americana que aqui foi distribuída em que pela primeira vez nos Estados Unidos e após a compulsão de inúmeros dados foi possível estabelecer uma relação entre o tabagismo chamado passivo e o tabagismo activo. Efectivamente os números apontam para que os factores de risco, nomeadamente de natureza cardiovascular e cancro do pulmão, do chamado fumador passivo, ou seja o fumador que é obrigado a inalar fumos dos outros fumadores é, sem grandes diferenças do ponto de visto estatístico, semelhante aos dos fumadores activos.

Por outro lado, e isso também foi uma grande novidade, estabeleceu-se uma relação causa/efeito nas crianças, filhos de fumadores activos e

de fumadores passivos. Conhecia-se já a influência do tabaco nos descendentes, nomeadamente uma maior incidência de doenças cardiovasculares e respiratórias em crianças filhos de fumadores activos e, mercê dum trabalho, essa passou também a estabelecer-se em relação aos filhos dos chamados fumadores passivos. Serão estes, duma maneira muito reduzida, os argumentos médicos e científicos a favor da aprovação desta Resolução.

O outro tipo de argumentos tem a ver com os precedentes que foram abertos em diversas instâncias, nomeadamente a nível do País, na Assembleia da República e tem vindo a acontecer um pouco por todo o lado, nomeadamente onde a frente anti-tabagista é mais forte e estou a referir-me fundamentalmente aos Estados Unidos em que só muito recentemente o número de não fumadores passou a ser, ainda que com uma ligeira diferença, superior ao número dos fumadores.

Penso que, depois da própria Assembleia da República ter deliberado pela segunda vez sobre esta matéria e ter finalmente deliberado no sentido de abolir o fumo nas sessões plenárias, será lógico que esta Assembleia Regional também desta vez, reconsiderando esse tipo de situação, vá aprovar esta Proposta de Resolução.

Por outro lado e para finalizar gostaria só de acentuar que me parece que esta Assembleia Regional, com todo o peso representativo que tem, deverá dar, em matéria de Região Autónoma dos Açores, o exemplo, justamente porque existem disposições legais que impedem o fumo nos edifícios dependentes da administração. Daí que faço um apelo aos Srs. Deputados no sentido de votarem favoravelmente esta Resolução.

**Presidente:** Srs. Deputados, entretanto chegou à Mesa uma declaração do Partido Social Democrata dizendo que assume como proposta, a nova redacção sugerida pela Comissão de Organização e Legislação para o texto da Resolução, que o Sr. Secretário vai fazer o favor de ler.

**Secretário:** "A Assembleia Regional dos Açores resolve não permitir fumar na Sala das Sessões".

**Presidente:** Está à discussão esta nova redacção, conjuntamente com a redacção inicial que o Sr. Secretário também pode ler.

**Secretário:** "A Assembleia Regional dos Açores resolve abolir o fumo nas suas sessões plenárias".

**Presidente:** Estão à discussão estes dois textos.

(Pausa)

Parecendo não haver intervenientes para a discussão deste assunto, vou pôr à votação a redacção proposta pela Comissão e assumida pelo Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam com esta

redacção apresentada pela Comissão, façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se absterem façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de Resolução foi aprovada com 18 votos do PSD e 6 do PS a favor, registou 7 votos do PS, 2 do CDS e 1 do PCP contra e registou 2 abstenções do PSD.

**Presidente:** A Resolução fica aprovada, de forma que eu peço a colaboração de todos os Srs. Deputados, facilitando a Mesa nesta ingrata missão de proibir o fumo na Sala das Sessões.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Era para interpelar a Mesa ou fazer um pedido de esclarecimento.

Quanto eu julgo saber uma resolução destas só produz efeitos depois de ser publicada. Creio que em termos jurídicos é correcta a minha afirmação.

**Presidente:** Sr. Deputado, esta Resolução não tem incidência fora da Assembleia, de forma que a sua publicação é só nos Diários da Assembleia. Não creio que seja necessária a sua publicação no Diário das Sessões porque não restam dúvidas sobre ela. Em todo o caso a Mesa não fará um cavalo de batalha de que esta proibição de fumo seja executada imediatamente ou então na Sessão de Setembro. Não é por aí certamente que vem mal ao menos, mas pedia, e insisto nisto, a colaboração dos Srs. Deputados nesta ingrata missão de controlar o fumo na Sala das Sessões.

Passamos ao 3º ponto da nossa ordem de trabalhos que é um pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão para a **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Regulamento do Decreto-Lei nº 79/A/87, de 18 de Fevereiro, na Região Autónoma dos Açores"**.

Srs. Deputados, nos termos do nosso Regimento, artigo 147º, nº 3, poderão usar da palavra o requerente e um representante de cada partido, por período não superior a 15 minutos cada um.

Posto isto, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas e dispõe de 15 minutos.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Antes de mais eu queria manifestar, perante esta Câmara, que o diploma que agora se submete à aprovação, na minha opinião pessoal eu diria que cai naquele tipo de diplomas que não deveria aparecer aqui na Assembleia Regional dos Açores e não deveria aparecer porquê? Porque se trata dum diploma com um conjunto normativo de incidências meramente administrativas previamente "nego-

ciado" com o Governo da República e que decorre de obrigações relacionadas com a integração de Portugal no Mercado Comum.

Aliás, este entendimento levou-nos a fazer aprovar em Conselho do Governo um Decreto Regulamentar Regional que regulamentava, digamos assim, o primeiro diploma que aplicava a Portugal o regulamento 797 da CEE ou seja o Decreto-Lei 172/G/86.

O Sr. Ministro da República entendeu que o Governo Regional dos Açores não tinha poder legislativo para esta matéria, apesar das várias conversas com ele tentando demonstrar-lhe que, de facto, este diploma não tinha a dignidade suficiente para vir à Assembleia Regional dos Açores. Posteriormente até o Sr. Ministro da República entendeu isso, disse-me pessoalmente que, de facto, se podia ter evitado isto, mas o poder regulamentar das leis gerais da República era da Assembleia Regional.

Também, e posteriormente, no âmbito das negociações de integração de Portugal no Mercado Comum e no âmbito da aplicação a Portugal do Regulamento 797, é feito um novo diploma, o 79/A/87 que na essência não difere absolutamente em nada do anterior. Houve a necessidade, face ao que tinha sido decidido pelo Sr. Ministro da República, de trazer à Assembleia Regional este diploma cuja urgência de aprovação era, de facto, patente, já que, embora não necessariamente, daqui decorria um atraso da aplicação nos Açores do Regulamento 797. Digo isto, embora não necessariamente, porque era possível que as entidades participantes, bancárias e outras, neste processo pudessem começar a aplicar o regulamento sem a necessidade deste dispositivo legislativo mas, de facto, a sua inexistência levava a isso. Isso, aliás, até obrigou à publicação dum portaria, portaria essa que é exactamente igual ou este diploma é exactamente igual à portaria que foi a publicar e que foi, digamos, um processo legislativo que se utilizou por forma a fazer funcionar na Região o Regulamento 797.

As razões porque pedimos dispensa de análise em Comissão, no fundo são duas:

Por um lado era a urgência de solicitar à Câmara a aprovação deste diploma que, como digo, é um diploma que tem uma forma muito particular, tem aqui assuntos que foram previamente negociados com o Governo da República, são normas administrativas e processuais previamente acordadas e quase que existe uma total impossibilidade de as modificar.

Por outro lado também entendíamos que isto não precisaria de mais análises; é tão simples como isto.

Portanto, era esta a introdução que queria fazer a esta singular situação e solicitar à

Câmara a aprovação desta articulado.

É isto que se me oferece dizer.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Bom, um pouco em parte, já está confessado o caminho tortuoso e bastante ínvio que o Governo seguiu, quer na tentativa de adaptar à Região o Regulamento da CEE, quer, isso também convém ser relevado, do modo como o fez em relação a esta Assembleia. Estas duas coisas vou tentar, efectivamente, demonstrá-las.

Portanto, o que nós temos, olhando apenas para os documentos que nos são fornecidos sem mais explicações nem mais fundamentações, é a apresentação de um diploma, no mês de Maio, de adaptação à Região que, por aquilo que nos é fornecido pelo Governo Regional, teria sido publicado a nível nacional a 18 de Fevereiro.

Portanto, quando muito, olhando apenas para estes dados, podíamos dizer que não há efectivamente demoras na relação entre uma coisa e outra. O diploma nacional teria sido publicado em Fevereiro e nós iríamos fazer a adaptação agora em Maio, quando muito teria passado, entre uma coisa e outra, uma sessão plenária.

Mas, há efectivamente toda uma história, que foi um pouco referida pelo Sr. Secretário, por detrás dessa tentativa de adaptação e que convém esta Assembleia estar consciente dela para perceber e para votar conscientemente em relação a este pedido de urgência. Pegando nas datas que estão nestes primeiros documentos, nós temos a sua aprovação em 17 de Março de 87 em Conselho do Governo, temos o seu envio à Assembleia Regional em 23 de Abril de 87. Portanto, o Governo conserva em seu poder este documento um mês e tal e no preâmbulo vem falar na urgência, na necessidade de evitar demoras.

É evidente que, curiosamente, também em 11 de Maio reuniu a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros que podia perfeitamente ter examinado este diploma e ter-se-ia assim dispensado essa urgência e a necessidade duma dispensa de exame em Comissão. Nós não nos estamos a pronunciar sobre o conteúdo do diploma e neste momento devo dizer que não conheço em pormenor o conteúdo do diploma e temos que tornar conciente, pelo menos, o processo seguido, aquela parte do processo que nós podemos historiar com base nos documentos escritos e que mostram efectivamente um entendimento, mais uma situação de conflito e de braço de ferro entre Ministro da República e Governo Regional com - e parece-me que não vai ser difícil demonstrar - prejuízos, que já existem, para a Região e suponho que isso deve estar bem presente nesta Assembleia.

Portanto, como disse o Sr. Secretário, a nível nacional o processo inicia-se em Junho de 86, o Governo da República publica, para adaptar o Regulamento 797/85 de 12 de Março, o Decreto-Lei 172-G/86 de 30 de Junho que previa que um mês depois seria regulamentado. Em Julho de 86, um mês depois, é feita a regulamentação ouvidos os Governos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e diz-se no artigo 15º (Regiões Autónomas) - "os Governos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira definirão as entidades competentes para a execução do Decreto-Lei 172/86, bem como as demais condições associadas ao respectivo circuito de funcionamento".

Também aqui foi referida a situação da Madeira que já fez essa regulamentação; nos Açores vamos-nos deparar - e continuo a falar apenas dos documentos - com um quinto suplemento de 31 de Dezembro de 86, e portanto isso é indicativo de que materialmente não foi publicado em Dezembro mas em Fevereiro ou se calhar em Março, publicando a Portaria 88/86 dizendo que "urge prevenir os graves inconvenientes duma aplicação tardia do Regulamento nº 797/85 e respectivo diploma nacional de adaptação". Refere-se o que vem no decreto regulamentar nacional que eu já referi e diz-se que "o Governo da Região Autónoma da Madeira também já publicou um decreto regulamentar em 30 de Outubro de 86" e que "idêntica iniciativa do Governo da Região Autónoma dos Açores, datada de 6 de Outubro de 86, viu-se frustrada sob a invocação de argumentos formalistas reputados não convincentes". Efectivamente, nós vimos que o diploma nacional dispunha que eram os Governos das Regiões Autónomas a fazer essa regulamentação, mas também era evidente que, em termos constitucionais, isso era impossível ser feito, não será totalmente despidendo ler que "a regulamentação de leis gerais emanadas dos órgãos de soberania que não reservem para estes o respectivo poder regulamentar", que consta como poderes das Regiões Autónomas é, na segunda parte da alínea b) do artigo 229º - exactamente aquela que eu li - da, segundo o artigo 234º da Constituição, competência exclusiva da Assembleia Regional. Portanto, havia um erro aparentemente negociado entre o Governo da República e o Governo Regional, porque efectivamente se fala, no diploma regional, das praxes existentes. São praxes que, se existem ou não, são inconstitucionais tenham ou não fundamento.

Felizmente para o Governo e para a Região e digo felizmente porque, neste braço de ferro entre vai documento para o Ministro da República e regressa documento, o tempo foi passando, mas entretanto surge a nível nacional a revogação do diploma de Junho de 86, porque havia omissões,



porque havia erros e nesse diploma, consequência exactamente desta situação vivida nos Açores entre essas duas entidades, se diz no artigo 59º, nº 2, "as entidades competentes das Regiões Autónomas, para a execução do presente diploma, bem como as demais condições associadas aos respectivos circuitos de funcionamento, serão definidas pelos respectivos órgãos de Governo próprio". Portanto, em Fevereiro já, ao contrário do que acontecia em Julho de 86, substitui Governo por órgão de Governo próprio. Então, aparentemente isso não terá sido negociado entre os dois, porque o Governo Regional, apesar desta abertura ou deste recado mandado pelo próprio Governo da República, pelo próprio texto nacional, persiste em fazer adaptação de legislação nacional à Região através de portaria e com uma data de 5 de Março, publicado em 31 de Março, quando o Governo Regional já tem, pela data anteriormente citada, um documento aprovado para ser enviado a esta Assembleia. Portanto, a 5 de Março aprova, em contradição evidente com a regulamentação nacional, uma portaria que faz publicar em 31 de Março, repito, depois de já ter aquele documento, que nós hoje estamos a apreciar, em 17 de Março e publica uma portaria que diz que tudo o que na anterior não é em referência ao diploma de 86, mas sim ao novo diploma de 87 e diz que esse diploma - e gostava de chamar a atenção para isso - entra em vigor no dia da sua publicação e produz efeitos desde 1 de Janeiro de 87. Ora, o diploma nacional, que mandava para os órgãos de Governo próprio da Região e não já para o Governo, de Fevereiro deste ano, diz o seguinte: "o presente diploma produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 86 no Continente e 1 de Novembro de 86 nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira".

É óbvio que a razão é porque o diploma da Madeira tem efeitos a partir de 30 de Outubro e aqui diz-se 1 de Novembro e isso significa que, por causa do braço de ferro, perfeitamente desnecessário, porque embora se continue a pensar, embora se possa argumentar, em termos de conteúdo, que este diploma tem dignidade para ir à Assembleia é ou deixa de ser meramente administrativo; todos nós sabemos, embora os açorianos não saibam que o Governo Regional não pode fazer a regulamentação de legislação nacional; isso é óbvio e é esta a situação que está criada neste momento, desnecessariamente, com prejuízo, como já vimos, do período de aplicação desta adaptação à Região que o próprio diploma nacional previa para 1 de Novembro de 86 e que a portaria, juridicamente clandestina, diz 1 de Janeiro. Portanto, são prejuízos ocasionados na aplicação dos benefícios das vantagens da integração na CEE, na sua aplicação à agricultura,

única e exclusivamente, volto a repetir, por causa das contradições dos conflitos escusados contra o Ministro da República e contra a própria Constituição.

É esta a situação que convinha deixar bem clara com a agravante de ter sido absolutamente desnecessário, absolutamente escusado que um diploma aprovado em Conselho do Governo em 17 de Março tenha sido enviado, apesar de todos os prejuízos que isso poderia ocasionar e o medo desses prejuízos, porque é, efectivamente, apontar a esta Assembleia o receio de assumir uma posição contra esta urgência, mas ela existe pura e simplesmente pela falta de responsabilidade política deste Governo que sacrifica interesses regionais, que sacrifica a dignidade desta Assembleia...

**Deputado Carlos Teixeira (PSD):** Não apoiado!

**O Orador:** ...à tentativa evidente, as datas mostram e as consequências também, de manter uma luta perfeitamente escusada, perfeitamente ridícula, politiqueria e prejudicial. São estes factos que esta Assembleia deve ter bem em conta nesta apreciação.

Curiosamente ainda o diploma regional cita o antigo Estatuto, embora tenha sido enviado para a Assembleia Regional e cita a alínea i) do artigo 44º, ao abrigo da qual vem fazer a apresentação da proposta. Curiosamente no actual Estatuto o artigo 44º diz que o Governo Regional é politicamente responsável perante a Assembleia Regional; não é a atitude responsável de que é responsável que o Governo assumiu em todo este processo. Resta a esta Assembleia Regional assumir alguma atitude que chame a atenção do Governo para essa responsabilidade não respeitada.

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Os Srs. Deputados da Oposição funcionam como cavaleiros andantes do Ministro da República!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa coloca algumas questões que não posso deixar de me referir a elas.

Em primeiro lugar, da leitura da documentação que o Sr. Deputado Dionísio de Sousa abundantemente fez citação, há um facto que me parece curioso: aquando da elaboração do Decreto-Lei 172-G, creio eu, determina-se que seja o Governo Regional a regulamentar a lei; o Sr. Ministro da República, tanto quanto sei, faz parte do Conselho de Ministros; na altura da elaboração da lei não havia inconstitucionalidade. O Governo Regional, dando cumprimento à lei, elabora um decreto regulamentar regional, manda-o para publicação e o Sr. Ministro

da República, guardião agora da constitucionalidade, veta o diploma....

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Muito bem!

**Deputado Carlos Teixeira (PSD):** Foi feito de propósito!

**O Orador:** ...Posteriormente o Governo Regional, sempre no uso da faculdade que lhe era concedida pela lei e ainda na vigência deste diploma, elabora uma portaria, manda-a publicar. Vem um novo Decreto-Lei, o 79/A/87 e aqui determina que sejam os órgãos de Governo próprio da Região e o Governo Regional, e muito bem, elabora a respectiva regulamentação e submete-a à Assembleia Regional dos Açores como achou por bem conveniente. A situação é perfeitamente clara, agora é preciso saber e é preciso que todos nós fiquemos é com a convicção e com a ideia de quem é que faz braço de ferro, mais ainda, aquilo que é inconstitucional nos Açores é constitucional na Madeira. Não foi este mesmo Decreto-Lei 172-G publicado na Madeira por um decreto regulamentar regional e assinado pelo Sr. Ministro da República que faz parte do mesmo Conselho de Ministros, que tem as mesmas prerrogativas,...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** É um acto de boicote!

**O Orador:** ...só que talvez a visão que se tenha destas coisas da autonomia, das competências dos órgãos próprios do Governo Regional, seja uma competência ou seja uma capacidade mais alargada e até uma maior sensibilidade, porque fundamentalmente o que está aqui em causa é saber se nós temos ou não temos o direito de fazermos braço de ferro quando achamos que as nossas competências estão a ser magoadas e no caso foram. Irrelevantemente do Sr. Deputado querer torcer tudo isto, e o Sr. Deputado Dionísio de Sousa fá-lo com grande habilidade recorrendo a citações, mas o senhor sabe perfeitamente, no seu íntimo, de que neste caso a razão assiste ao Governo,...

**Vozes da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** ...porque se é inconstitucional já é desde o tempo em que o Sr. Ministro da República estava no Conselho de Ministros onde isto foi votado e era lá que ele devia ter levantado o problema. Portanto, se lá não levantou, se entretanto na Região Autónoma da Madeira se seguiu este processo e foi publicado um decreto regulamentar regional, penso que nós somos aqui acusados de incapazes de observar a constitucionalidade das leis. Portanto, penso que todo este processo se é inviezado a responsabilidade não é do Governo e quando ele agora o submete a esta Casa com pedido de urgência, fá-lo no uso

duma prerrogativa que está ao seu alcance e o meu Grupo Parlamentar não hesitará em aprovar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Secretários Regionais:

Também queria pronunciar-me sobre isto e iria começar, pegando no mote que o Sr. Deputado Madrugada da Costa aqui lançou, por me referir à Madeira e gostava de deixar claro logo uma ideia: é sempre perigoso e principalmente quando se trata da Autonomia, de modelos de autonomia, de sistema de autonomia, fazer comparações com a Madeira. Não vamos entrar nesta conversa porque, efectivamente, não é este o assunto que estamos a discutir, mas é sempre perigoso fazer-se paralelos com a visão que se possa ter na Madeira. Mas é oportuno que - e estão aqui vários deputados dos vários partidos que presenciaram o que lá se passou, incluindo o Sr. Presidente da Assembleia - quando uma delegação oficial desta Assembleia foi à Madeira, onde manteve trocas de impressões, de alguma forma aprofundadas, com os Srs. Deputados da Madeira. Quando se tratou de redigir o documento final, curiosamente aparece uma proposta no sentido de que ficasse nesse documento final uma referência em relação ao poder das Assembleias Regionais, de regulamentar as leis gerais da República e os Deputados dos Açores, todos eles, entenderam, se bem me recordo, que não era nem a altura, nem a melhor oportunidade de, efectivamente, se tratar e se passar a letra de forma qualquer entendimento ou abordagem que se pudesse fazer desse assunto.

Suponho que estou a relatar de forma fiel o que lá se passou e já que a Madeira foi citada é importante que se diga que, exactamente na Madeira, uma delegação oficial desta Assembleia Regional dos Açores achou que essa questão seria vista em sede apropriada, possivelmente na preparação da revisão constitucional, mas que não seria vista ali, nem seria incluída nos termos em que era proposta, salvo erro, pelo então Presidente do Grupo Parlamentar do PSD/Madeira, no comunicado final.

Isto parece que não vem a propósito, mas este aspecto já vem a propósito, porque efectivamente mostra os entendimentos diversos que vêm sobre esta questão da regulamentação. Lamentável é, e não posso deixar de o dizer, que o Conselho de Ministros tenha aprovado, estivesse lá quem estivesse,...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Se fosse do PCP não aprovava, com certeza!

**O Orador:** Não me interrompa, Sr. Presidente,

porque estamos a tratar de assuntos sérios!

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Isto é um à parte, Sr. Deputado!

**O Orador:** ...num Decreto-Lei essa passagem que o Sr. Deputado Dionísio de Sousa muito bem citou, em que diz que o Governo Regional é que vai regulamentar, porque efectivamente sabemos que não o podia fazer. Portanto eu tenho a ideia de que a questão essencial, à partida, é esta.

Eu gostava de dizer ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa o seguinte: o senhor fez aqui uma demonstração do carácter não claro da evolução deste processo e eu, mais modestamente, gostaria só de chamar a atenção para uma questão: o Sr. Presidente da Assembleia deu o seguinte despacho: "à Sessão e distribua-se pelos Srs. Deputados, em 23-4-87", portanto ao mês passado. Depois disso, suponho que também já foi dito, a própria Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros reuniu em sessão normal de trabalho.

Portanto, o problema da urgência e dispensa de exame em Comissão pedida nesta data, efectivamente não me parece que tenha qualquer efeito prático. Tem apenas o efeito de não ter sido visto na Comissão, não tem outro; não teve o efeito de acelerar coisa nenhuma. Portanto, isto na prática é um pedido de dispensa de exame em Comissão; não é um pedido de urgência e não me parece que não pudesse ser apreciado, porque tenho a ideia que todos os projectos e propostas, que estavam na Assembleia, estão preparados, menos dois. Julgo que era desnecessária a dispensa de exame em Comissão, daí que a posição do PCP, em relação a este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, é de abstenção.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nós queremos cingir-nos apenas à questão da votação em relação ao pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Aliás, o Sr. Deputado José Decq Mota acabou de referir um ponto, que também só há poucos minutos nos apercebemos, e que se relaciona com a circunstância - e temos que lamentar - de que este diploma está disponível perante esta Assembleia desde o dia 23 de Abril e como, de resto, tem sido nossa orientação ao longo dos trabalhos da Assembleia, entendemos que a eficácia e o mérito do trabalho em Comissão que é indispensável à tarefa parlamentar e este documento, apesar das considerações iniciais do Sr. Secretário, julgamos que haveria sempre vantagem e conveniência em ele poder ser abordado em Comissão, eu perguntaria à Mesa, se o Sr.

Presidente me permite, qual é a justificação para que realmente estejamos agora aqui a votar a dispensa de exame em Comissão desta matéria. Portanto, parece-me importante - e não querendo repetir aquilo que já foi dito aqui pelo colega que falou anteriormente - para que, de uma vez por todas, esta Assembleia não sofra as consequências das urgências, e muitas vezes legítimas, que o Executivo entende imprimir aos diplomas que apresenta à Assembleia. O que nos parece é que isso não deve funcionar em prejuízo da ponderação que esta Casa deve dar, sempre que possível, aos diplomas.

Por conseguinte, se a culpa é nossa, e quando eu digo a culpa é nossa, refiro-me à nossa instituição parlamentar, teremos que assumir, mas julgo que só como culpa, porque, de facto, isto devia ter passado pela Comissão competente.

**Presidente:** Srs. Deputados, esgotou-se realmente a nossa possibilidade regimental de discutir este assunto. A Mesa vai pôr à votação o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, que é a única coisa que está em causa, o resto são matérias complementares.

Os Srs. Deputados que concordam com o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se absterem façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O processo de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por 24 votos a favor do PSD, registou 10 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS e 1 do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma breve declaração de voto.

Suponho que não é necessário acrescentar muito mais para justificar o nosso voto contra, mas apenas para referir duas coisas que foram deliberadamente esquecidas numa intervenção anterior e que não puderam ser lembradas por exigências regimentais, é que, apesar de todas as recusas que foram feitas por simples decreto regulamentar do Governo ou por portaria, dar validade jurídica às normas de adaptação à CEE, o Governo persistiu nessa atitude vários meses e ocasionando consequências negativas na aplicação do diploma para a Região, uma das quais é evidente que é aquela que se refere ao início da aplicação do diploma que a nível regional passará a ser de 1 de Janeiro, quando se não houvesse essa guerrilha sem qualquer interesse e injustificável, segundo legislação nacional seria 1 de Novembro

de 86. Portanto, são dois meses perdidos para a Região o que é, efectivamente, muito tempo, sobretudo porque a causa não o justifica.

Além disso varram das suas mentes o pressuposto de que quando se ataca o Governo Regional, se está a defender o Ministro da República. Não é disso que se trata; está-se é apenas chamando as coisas pelo seu nome e chamando à responsabilidade quem efectivamente as tem e a quem nós temos aqui o pleno direito de chamar à responsabilidade e a um comportamento de senso político e actuação adequada, dentro dos limites da Constituição, do Estatuto e do respeito por esta Assembleia.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para uma declaração de voto.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O PCP absteve-se em relação a este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, por pensar ser um pedido absolutamente desnecessário tendo em conta o calendário da feitura e de entrega do próprio diploma por um lado e por pensar que este diploma também culmina um processo obscuro, aberto pelo Governo da República do PSD, quando inconstitucionalmente comete ao Governo Regional a competência, que ele não tem, de regulamentar uma lei geral da República e quando o Governo Regional, pegando nessa inconstitucionalidade que lhe foi cometida pelo Governo da República, faz essa regulamentação sabendo que não o podia efectivamente fazer.

Há todo um processo mal aberto pelo Governo da República do PSD, mal continuado pelo Governo Regional...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Mas "salvo" pelo Ministro da República, que não é do PSD!

**O Orador:** Peço desculpa das hesitações porque estou sempre a ser interrompido de forma perfeitamente incompreensível, pelo nervosismo que o Sr. Presidente hoje está a dar mostras.

...e que eventualmente foi explorado e aproveitado por terceiros.

Muito obrigado.

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa para uma declaração de voto.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD ao votar favoravelmente este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão deste diploma, fá-lo na convicção de que está efectivamente a contribuir para que se desbloqueie uma situação que foi eventualmente complicada, não por responsabilidade

do Governo, mas de quem pretendeu eventualmente bloquear ou atrasar a acção do Governo nesta matéria.

As diversas posições assumidas ao longo deste processo, quer em relação a este diploma, quer em relação ao seu antecedente, eram claras e manifestam desde logo a boa vontade do Governo em fazer andar estas questões com celeridade de modo a que os utilizadores destes benefícios, que decorrem da aplicação destes diplomas à Região, pudessem com a maior rapidez beneficiar deles e assim fazer avançar este processo que é da maior importância.

Portanto, não foi por culpa do Governo Regional, assim o fica demonstrado, pesem embora as declarações de ordem política dos Srs. Deputados e os argumentos que aduzem, que este processo se atrasou.

**Presidente:** Passamos agora ao ponto nº 4 da nossa ordem de trabalhos e que é também um pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, sobre a **Proposta de Decreto Legislativo Regional "Remunerações dos Elementos dos Gabinetes dos Membros do Governo Regional"**.

Nos termos do nº 3 do artigo 147º do Regimento, está à discussão.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Pública.

**Secretário Regional da Administração Pública (António Meneses):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma breve justificação para a urgência de apreciação deste diploma.

Como o próprio preâmbulo, nos seus considerandos, esclarece, os elementos dos Gabinetes dos Membros do Governo Regional, que em termos concretos são os Chefes de Gabinete e as secretárias particulares, auferem uma remuneração estabelecida numa tabela própria aprovada pelo Decreto 9/82/A desta Assembleia, de 14 de Junho.

Essa tabela é de montante inferior à estabelecida para os correspondentes cargos do Governo da República e da Região Autónoma da Madeira, apesar de não haver diferença de funções nem de responsabilidade.

Dentro da política de dignificação do exercício de cargos políticos, que teve o seu início na última Sessão, é da maior urgência estabelecer também a situação dos elementos do Gabinete dos Membros do Governo e do Presidente da Assembleia Regional e neste sentido se apresenta esta Proposta de Decreto Legislativo Regional à Assembleia.

Muito obrigado.

**Presidente:** Continua a discussão.

(Pausa)

Parecendo não haver mais intervenientes sobre esta matéria, vamos votar este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

O Sr. Deputado que se abstém faz favor de se sentar.

**Secretário:** O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por maioria, com 24 votos do PSD, 11 do PS e 2 do CDS a favor e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos ao ponto nº 5 da nossa ordem de trabalhos que é a **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Apoio a Indústrias Essenciais nas Zonas Carecidas"**.

Relativamente a este ponto nº 5 o Partido Social Democrata apresenta um requerimento à Mesa do seguinte teor:

"Ao abrigo do disposto no artigo 137º do Regimento da Assembleia Regional dos Açores, requeremos a baixa à Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, para efeito de nova apreciação, da proposta em epígrafe."

Nos termos regimentais vou pôr imediatamente este requerimento à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este requerimento façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** O requerimento foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou a favor deste requerimento, porque já pensava votar contra uma disposição que estava contida no texto do próprio documento que tinha sido apreciado em Comissão e aproveitava a oportunidade da declaração de voto para chamar a atenção para esse aspecto ao Governo Regional para, na medida que lhe seja possível, evitar incongruências manifestas, como seja a de nos ter apresentado depois de uma segunda baixa à Comissão, depois de uma entrada, uma retirada, um regresso e agora mais um novo regresso. Espero que aproveitem bem este novo regresso para fazer alterações, porque é perfeitamente injustificado que o Governo Regional, contra tudo o que diz a experiência, contra o sistema de apoios à indústria existente na CEE, nos venha apresentar num artigo - creio que no 3º do diploma - a continuação de apoios apenas aos encargos dos juros sobre os investimentos.

Efectivamente esta é uma modalidade que tudo condena. O apelo e a declaração de voto é no sentido de que também isto seja efectivamente alterado, para que não tenhamos que voltar a receber este documento para nova alteração, nova baixa à Comissão, nova dispensa de exame ou novo pedido de urgência.

**Presidente:** Assim sendo, esta Proposta

de Decreto Legislativo Regional baixa de novo à Comissão para ser reapreciada.

Passamos agora ao ponto nº 6 da nossa ordem de trabalhos que é a **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o "Regime Jurídico das Reservas Florestais"**.

Pergunto ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas se deseja apresentar este documento.

(Afirmativa do Sr. Secretário)

Tem a palavra para o efeito.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A proposta que está, neste momento, presente nesta Câmara refere-se ao regime jurídico das reservas florestais e há necessidade, nesta matéria, de elaborar legislação, tendo em atenção a dimensão da Região e a necessidade de economia de meios técnicos e financeiros, classificar algumas áreas no âmbito do sector florestal que, aliás, tradicionalmente já vinham sendo consideradas como tal e assim dar-lhe uma forma legislativa substancialmente diferente da que vinha sendo dada até agora.

Por outro lado, também se pretende evitar algumas sobreposições que nesta matéria são sempre prejudiciais em termos técnicos, de disponibilidades humanas e também financeiras.

Também li a posição da Comissão Permanente para os Assuntos Políticos e Administrativos sobre esta matéria, com a qual concordo perfeitamente.

É isto que se me oferece dizer, neste momento, sobre esta matéria.

**Presidente:** Srs. Deputados, está aberto o período destinado a perguntas ao apresentante desta proposta. A Mesa recebe inscrições.

(Pausa)

Parece que não há pedidos de esclarecimento. Assim sendo, está aberta a discussão, na generalidade, sobre esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Carlos Macedo.

**Deputado João Carlos Macedo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Circunstancialmente eu fui o único deputado do Grupo Parlamentar do PS que esteve presente à análise desta proposta na Comissão dos Assuntos Políticos e Administrativos.

Portanto, caber-me-ia a mim sintetizar os motivos porque o Grupo Parlamentar do PS resolveu aceitar e assumir a proposta elaborada pela Comissão.

Por um lado parece-nos lógico e importante que nesta matéria tenham algo que ver simultaneamente as Direcções Regionais dos Recursos Florestais e por outro lado, como isto envolve problemas de natureza ecológica, também a Direcção Regional

da Habitação, Urbanismo e Ambiente.

Deve notar-se ainda que nesta proposta foram expurgadas do texto inicial algumas medidas legislativas que se dirigiam para aspectos mais pragmáticos e concretos e refiro-me concretamente à criação imediata de determinadas zonas florestais que já estava prevista no texto da proposta do Governo.

Nós entendemos na Comissão e entende assim o Grupo Parlamentar do PS, que a criação das reservas florestais deve ser remetida para legislação própria e adequada a cada caso e apenas da exclusiva competência da Assembleia, embora naturalmente a propor pelo Governo e concretamente pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas.

**Presidente:** Continua aberta a discussão na generalidade.

(Pausa)

Se não há mais intervenientes para a discussão na generalidade eu vou pôr à votação.

Desculpe, o Sr. Deputado José Decq Mota deseja usar da palavra na discussão na generalidade?

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Peço desculpa da minha distração mas eu desejava pedir, nos termos regimentais, um intervalo de 30 minutos.

**Presidente:** Muito bem. Se o Sr. Deputado pede um intervalo de 30 minutos, quer dizer que ultrapassa a hora regimental.

Sendo assim, vamos dar por encerrado os nossos trabalhos, anunciando que eles recomeçarão amanhã às 15,00 horas com a seguinte ordem de trabalhos:

- 0 1º ponto para amanhã é a continuação da discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Regime Jurídico das Reservas Florestais";

- 2º. Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Criação da Reserva Natural do Algar do Carvão";

- 3º. Proposta de Resolução sobre "Aquisição de fotocopiadoras com o salário não auferido pelos educadores de infância e professores em greve nos dias 26 e 27 de Março";

- 4º. Apreciação do veto do Ministro da República relativo ao Decreto Legislativo Regional nº 30/86;

- 5º. Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Investimentos Estrangeiros";

- 6º. Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Remuneração dos Elementos dos Gabinetes dos Membros do Governo Regional";

- 7º. Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Regulamentação do Decreto-Lei nº 79-A/87, de 18 de Fevereiro, na R.A.A..

Estão encerrados os nossos trabalhos. Muito boa noite e até amanhã.

(Eram 19,35 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - David Santos, Jorge Cruz, Cinelândia Sousa, Natalino Viveiros; PS - Manuel Goulart).

(Deputados que faltaram à Sessão: PSD - João Bernardo Rodrigues, João Vasco Paiva).

---

**P'lo Redactor de 1ª Classe:** José Rodrigues da Costa.